

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 107 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO JOAQUIM SUCENA (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Sr. Deputado José Carlos Freitas para assumir a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE AGOSTO DE 2001, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO – Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) – “Ofício nº 531/01, do Secretário-Chefe da Casa Civil em resposta ao Requerimento de Informação solicitando medidas que visem combater o abuso de poder das indústrias; Ofício nº 480/01, da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, em agradecimento à Moção de Aplausos de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio pelo destaque nacional em gestão educacional; Ofício nº 518/01, da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, em resposta à Indicação nº 1.441/01, de autoria do Deputado Nico Baracat.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS – Sr. Presidente, colegas Deputados, senhores e senhoras que nos assistem aqui nas galerias desta Sessão e senhores educadores:

Quero registrar a nossa preocupação neste momento de greve em que se encontram os professores e as professoras do nosso Estado, há mais de 35 dias, que devem, realmente, o mais breve possível, entrar num entendimento para poder não haver nenhum prejuízo a ambas as partes, e voltarem os nossos alunos, nossas crianças, nossos jovens e nossos adolescentes às salas de aula o mais breve

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

possível. Nós esperamos que haja esse entendimento, para que os senhores ministrem o ensino aos nossos jovens e adolescentes.

Trago também, Sr. Presidente, várias proposições de minha autoria:

1ª) **INDICAÇÃO:** Indica ao Ilustríssimo Sr. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso a necessidade de implantação de um posto do Corpo de Bombeiros na sede do Município de Sapezal.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilustríssimo Sr. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, mostrando a necessidade de implantação de um posto do Corpo de Bombeiros na sede do Município de Sapezal.

JUSTIFICATIVA

A sede do Município de Sapezal fica distante do posto do Corpo de Bombeiros, dificultando o atendimento na área de prevenção e combate a incêndios.

Ultimamente, vários problemas relacionados a incêndio em nosso município deixaram de receber atendimento, tendo não haver na localidade um posto do Corpo de Bombeiros.

Conhecemos as dificuldades para implantação de uma Companhia de Corpo de Bombeiros nos municípios. Entretanto, a implantação de um posto de Bombeiros, com alguns soldados treinados para promover a prevenção e o combate a incêndios, já seria uma solução para o problema.

Necessitamos de pessoa com conhecimento técnico de prevenção e combate a incêndios, para, na emergência, orientar os voluntários que se dispõem a ajudar na difícil tarefa de combater incêndio.

Com essa Indicação estamos atendendo a reivindicação do Vereador Inácio Rubens de Abreu, que na sua atuação como parlamentar do Município de Sapezal demonstra sua preocupação com os constantes problemas relacionados a incêndios no município.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS – PPB

2ª) **INDICAÇÃO:** Indica ao Ilustríssimo Senhor Gerente Regional do INSS - Gerência Regional de Mato Grosso a necessidade de implantação de um posto de atendimento do INSS na sede do Município de Sapezal.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilustríssimo Senhor Gerente Regional do INSS - Gerência Regional de Mato Grosso, mostrando a necessidade de implantação de um posto de atendimento do INSS na sede do Município de Sapezal.

JUSTIFICATIVA

A sede do Município de Sapezal fica distante do posto do INSS, que atualmente vem atendendo aos trabalhadores que buscam informações e os serviços do INSS.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Com a implantação de um posto de atendimento do INSS na sede do Município de Sapezal, estar-se-á atendendo a um grande número de pessoas que necessitam de atendimento do INSS, evitando-se assim o transtorno com viagens e estadas, aguardando o atendimento.

Geralmente, as pessoas que mais necessitam do INSS são pessoas idosas e que encontram dificuldade de locomoção.

Com essa Indicação estamos atendendo a reivindicação do Vereador Inácio Rubens de Abreu, que na sua atuação como parlamentar do Município de Sapezal demonstra sua preocupação com as pessoas carentes e necessitadas dos serviços prestados pelo INSS.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS – PPB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Rede/CEMAT a necessidade de implantação de seis postes para Rede de Energia Elétrica em Baixa Tensão, no Bairro Manancial, Município de Várzea Grande.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Rede/CEMAT, mostrando a necessidade de implantação de seis postes para a Rede de Energia Elétrica em Baixa Tensão, no Bairro Manancial, Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O bairro Manancial, no Município de Várzea Grande, vem crescendo e a população necessita da infra-estrutura relativa à energia elétrica.

Necessita-se de colocação de seis postes de energia elétrica para atender às necessidades dos moradores, para que sejam evitadas as chamadas “gambiarras”, evitando-se, assim, colocar a população em risco.

Nossa Indicação vai ao encontro da reivindicação do Sr. Gilson, líder comunitário e presidente do bairro Jardim Imperial, que subsidia também a associação de moradores do bairro Manancial.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS – PPB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Rede/CEMAT a necessidade de implantação de Rede de Energia Elétrica em alta e baixa tensão, no Distrito de Bauxi, Município de Rosário Oeste, para atender às necessidade de energia elétrica da fábrica de cimento Itaú.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Rede/CEMAT, mostrando a necessidade de implantação de rede de energia elétrica em alta e baixa tensão, no Distrito de Bauxi, Município de Rosário Oeste, para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

atender às necessidade de energia elétrica da fábrica de cimento Itaú.

JUSTIFICATIVA

Encontra-se em fase de construção mais uma fábrica de cimento Itaú em nosso Estado, localizada no Distrito de Bauxi, Município de Rosário Oeste.

O grande problema é o abastecimento de energia elétrica para o funcionamento da indústria.

O local onde está sendo construída a indústria fica distante da rede de energia elétrica, fazendo-se necessário estender um braço de rede de alta e baixa tensão, com a finalidade de atender a mencionada indústria.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS – PPB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DAE, Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, a necessidade da implantação da rede de água no Bairro São Mateus, em Várzea Grande.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DAE, Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, mostrando a necessidade de implantação de rede de água no Bairro São Mateus, em Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Bairro São Matheus, em Várzea Grande, está crescendo de forma assustadora.

A população aumenta dia-a-dia, fazendo por merecer obras de infra-estrutura, como a implantação do sistema de distribuição de água.

Nossa Indicação vai ao encontro da reivindicação dos moradores e lideranças comunitárias do Bairro São Matheus, que vêm procurando, através de seus contatos e ações, conseguir dotar o bairro de infra-estrutura para proporcionar bem-estar aos moradores.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Carlos Carlão do Nascimento, a necessidade de construção de uma unidade escolar para o segundo grau, no Bairro São Matheus.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Carlos Carlão do Nascimento, mostrando a necessidade de construção de uma unidade escolar para o segundo grau, no Bairro São Matheus.

JUSTIFICATIVA

O Bairro São Matheus, em Várzea Grande, tem se tornado um pólo, concentrando vários outros bairros menores.

O crescimento populacional é grande e se faz necessária a construção de uma unidade escolar de segundo grau para atender a demanda escolar.

Nossa Indicação vai ao encontro da reivindicação de moradores e lideranças comunitárias, que sempre demonstraram preocupação na área da educação do Bairro São Matheus.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

7ª) INDICAÇÃO: Indico ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Osvaldo Costa, a necessidade de construção de uma quadra de esportes coberta no Colégio Tenente Abélio, no Bairro XV de Maio, em Várzea Grande.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Osvaldo Costa, mostrando a necessidade de construção de uma quadra de esportes coberta no Colégio Tenente Abélio, no Bairro XV de Maio, em Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

Com o intuito de incentivar a prática de atividades esportivas no Bairro XV de Maio, em Várzea Grande, considerando que o esporte é de grande importância, como forma de manutenção da saúde física e mental, que proporciona aos jovens e adultos ocupação com o lazer, fazendo com que estejam afastados de meios propícios ao uso de drogas e outros vícios.

A construção de uma quadra de esportes coberta no referido bairro, certamente será um grande incentivo para os amantes da prática esportiva.

Nossa Indicação vai ao encontro da reivindicação dos moradores e lideranças comunitárias do Bairro XV de Maio, que vêm procurando, através de seus contatos e ações, conseguir dotar o bairro de equipamentos de lazer.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

8ª) INDICAÇÃO: Indico ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Osvaldo Costa, a necessidade de construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Aristides Pompeo de Campos, no Bairro Cidade de Deus, em Várzea Grande.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Osvaldo Costa, mostrando a necessidade de construção de uma quadra de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

esportes coberta no Colégio Aristides Pompeo de Campos, no Bairro Cidade de Deus, em Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

Com o intuito de incentivar a prática de atividades esportivas no Bairro Cidade de Deus, em Várzea Grande, considerando que o esporte é de grande importância como forma de manutenção da saúde física e mental, e que proporciona aos jovens e adultos ocupação com o lazer, fazendo com que estejam afastados de meios propícios ao uso de drogas e outros vícios, a construção de uma quadra de esportes coberta no referido bairro, certamente, será um grande incentivo para os amantes da prática esportiva.

Nossa Indicação vai ao encontro da reivindicação dos moradores e lideranças comunitárias do Bairro Cidade de Deus, que vêm procurando, através de seus contatos e ações, conseguir dotar o bairro de equipamentos de lazer.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

9ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Osvaldo Costa, a necessidade de asfaltamento das ruas e avenidas do Bairro São Matheus, em Várzea Grande.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, após ouvido o Soberano Plenário, requeiro que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Osvaldo Costa, mostrando a necessidade de asfaltamento das ruas e avenidas do Bairro São Matheus, em Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Bairro São Matheus, em Várzea Grande, está crescendo de forma assustadora.

A população aumenta dia-a-dia, fazendo por merecer obras de infra-estrutura como o asfaltamento das ruas e avenidas.

Nossa Indicação vai ao encontro da reivindicação dos moradores e lideranças comunitárias do Bairro São Matheus, que vêm procurando, através de seus contatos e ações, conseguir dotar o bairro de infra-estrutura para proporcionar bem-estar aos moradores.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

10ª) PROJETO DE LEI:

**Dispõe sobre a instituição do Dia do
Comunitário e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Comunitário, a ser comemorado no dia 7 de dezembro.

Art. 2º As comemorações alusivas a data compreendem a realização de encontros, seminários, debates, campanhas e outras atividades relacionadas ao meio, que visem ao intercâmbio cultural e ao conagraçamento social entre os líderes comunitários de todo o Estado de Mato Grosso.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Inegável a atuação desses abnegados prestadores de serviços, seja no âmbito sociocomunitário como político, dos bairros de nossa capital e demais cidades do interior do Estado.

O título de presidente de Bairro muitas vezes traduz-se num tratamento pejorativo que deprecia a atuação do cidadão.

Contudo, ressaltamos que a figura do comunitário, seja ele um presidente de bairro ou apenas um líder comunitário, é a responsável pelo avanço na área da assistência social e na busca incessante por melhorias nos bairros de cada município em nosso Estado.

Queremos, com a propositura desse Projeto de Lei, instituir o *Dia do Comunitário*, para que se possa, na data comemorativa, promover a realização de eventos que venham enaltecere e colaborar com essas lideranças no sentido de oferecer-lhes melhores condições para a sua atuação no dia-a-dia de seu bairro.

Nossa Indicação vai ao encontro de nosso reconhecimento ao trabalho gracioso prestado por esses agentes que, com o seu trabalho árduo, conseguem realizar as mais diversas obras em prol de sua comunidade, e na maioria das vezes não são reconhecidos pelos próprios moradores de seu bairro.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de que este expediente seja aprovado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS – PPB

Estamos valorizando as pessoas que trabalham nos bairros, os comunitários, e valorizando o seu dia para que seja reservado todo dia 7 de dezembro de cada ano. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, ontem eu entrei com vinte e duas Indicações, não sei se foram votadas e gostaria de saber se já foram encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Não foram encaminhadas para votação, tendo em vista que os Vetos sobrestaram as matérias.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Sr. Presidente, nós encaminhamos hoje mais nove Indicações e um Requerimento de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Carlos Bezerra, Senador da República, a necessidade de alocar recursos orçamentários para a construção de um ginásio poliesportivo no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Município de Vila Rica.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Carlos Bezerra, Senador da República, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Localizada na região do Norte Araguaia, Vila Rica dista 1.270 quilômetros da Capital e tem uma população de 16.184 habitantes, segundo dados do IBGE-2000.

A principal atividade econômica do município está na pecuária, com 265.129 cabeças de bovinos para corte, 5.342 cabeças de bubalinos, 3.433 ovinos e a criação de mais de 56.000 aves por ano, para abate, e também a produção de 310.000 dúzias e ovos por ano, de acordo com o Anuário 2000. A bacia leiteira é a maior da região do Norte Araguaia, com o beneficiamento de 4,5 milhões de litros de leite por ano. Na agricultura, o arroz, o feijão e o milho são as culturas de maior destaque.

O município tem ainda a extração de madeira como o principal setor de absorção de empregos, com 38 madeireiras instaladas e com a extração de 20.427m³ de toras por ano, e a produção de 18.764 quilos de carvão vegetal por ano.

Apesar de estar em franco crescimento, o município necessita da participação compartilhada dos demais poderes do Estado, haja vista que os impostos recolhidos pelo município ainda não são suficientes para investimentos em obras de médio e grande porte.

Por esse motivo, o município ainda não tem infra-estrutura desportiva necessária para atender a comunidade, já que o município só conta com dois campos de futebol e uma quadra simples.

A construção do ginásio impulsionará o esporte e colocará Vila Rica no calendário estadual para programações esportivas. Além de a prática de esporte ser um hábito saudável, a cidade passa a ter um novo local para eventos culturais, empresariais e outros.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Mauri Rodrigues de Lima, Diretor-Presidente do DETRAN, a necessidade de implantação de uma CIRETRAN no Município de São José do Xingu.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Mauri Rodrigues de Lima, Diretor-Presidente do DETRAN, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

O nome é uma homenagem a São José, devido à crença religiosa, bem como ao rio que banha a região, daí o nome de São José do Xingu, município que dista da Capital em 1.158 quilômetros e situa-se na região Norte do Estado.

O município destaca-se, assim como os demais municípios da região, na produção de grãos: 450 toneladas de arroz por ano, 300 toneladas de banana por ano, 6.000 toneladas de mandioca por ano, de acordo com dados do IBGE-MT, referentes ao ano de 1999. E a pecuária conta com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

320.998 bovinos para corte e 3.888 suínos, de acordo com dados da mesma fonte.

A cidade ainda é pequena, possui 4.378 habitantes, dentre os quais 2.095 residem na zona urbana e 2.283 na zona rural. Devido a cidade ser pouco povoada, o comércio existe, não só para atender a comunidade local, mas também para atender aos municípios vizinhos. Sendo assim, com a criação de uma CIRETRAN-Circunscrição Regional de Trânsito, que é um órgão subalterno ao DETRAN, no Município de São José do Xingu, os distritos de Santo Antônio do Fontoura e Espigão do Leste, e também o Município de Santa Cruz do Xingu, estariam servidos de um organismo do DETRAN mais próximo para que possam dispor de tais serviços.

A frota de veículos do município é pequena, porém considerável, somando-se os demais veículos da região. Portanto, como este serviço é de natureza indispensável para os proprietários de veículos automotores, a implantação desta CIRETRAN será um benefício a mais para a região, cujos moradores não terão que se deslocar até uma longa distância, como vem acontecendo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, a necessidade da instalação de telefones públicos nas comunidades Novo Paraíso e Boa Esperança, localizadas no Assentamento Veraneio, Município de Nova Canaã do Norte.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor Regional Institucional da Tele Centro Sul, José Sampaio de Medeiros, mostrando a necessidade da instalação de telefones públicos nas comunidades Novo Paraíso e Boa Esperança, localizadas no Assentamento Veraneio, Município de Nova Canaã do Norte.

JUSTIFICATIVA

Situada no extremo norte do Estado, Nova Canaã do Norte apresenta 4.951 quilômetros quadrados de área e possui uma característica diferente da maioria dos outros municípios, pois de seus 10.704 habitantes, 6.409 residem na zona rural e 4.295 na zona urbana.

Considerando que a maioria da população se encontra longe do centro urbano, faz-se necessário estender-lhes alguns benefícios. Dentre as sociedades organizadas que se enquadram nesta situação estão a comunidade de Novo Paraíso e Boa Esperança, ambas no Assentamento Veraneio, que totalizam mais de dois mil habitantes e possuem duas escolas com aproximadamente quinhentos alunos, que carecem da atenção do Poder Público.

Uma das maiores dificuldades destas comunidades está no setor da comunicação. É necessário que sejam instalados telefones públicos nestes locais para evitar transtornos e garantir aos moradores o direito de se integrarem ao restante do município e também ao mundo.

Como Deputado Estadual, estou de acordo com as reivindicações da Câmara Municipal, que creio serem a expressão da vontade dos moradores.

Plenário das Deliberações, Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Victor Cândia, Secretário de Estado de Transportes, a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

necessidade de fazer o encascalhamento das estradas do assentamento Brasil Novo até a sede do Município de Querência.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Victor Cândia, Secretário de Estado de Transportes, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Com uma população de 7.274 habitantes e localizada na região do Médio Araguaia, Nordeste do Estado, Querência está a 927 quilômetros de Cuiabá.

As atividades econômicas do município são predominantemente as culturas de médias e pequenas propriedades. Na agricultura destaca-se a produção de arroz, com 28.840 toneladas por ano, e de borracha, com 650 toneladas por ano, sendo a extração de madeira em tora a principal economia do município, com 68 mil metros cúbicos por ano.

O Município de Querência apresenta uma característica incomum aos outros municípios, a população rural é superior a urbana, fato que ocorreu a partir de 1995, com a criação do Assentamento Coutinho União e posteriormente mais três assentamentos num período de um ano, beneficiando cerca de 1.300 famílias. A instalação imediata dessas famílias acarretou grandes problemas de infra-estrutura para o município.

Uma das dificuldades encontradas está no Projeto de Assentamento Brasil Novo, por ser uma comunidade nova, com 358 famílias assentadas, sendo seus recursos limitados e modestos, criando assim a necessidade de se deslocar até a sede do município, em busca de atender aos anseios do assentamento, e para isso se vê necessário o encascalhamento de 50 quilômetros de estradas, diminuindo as dificuldades da população local.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Carlos Bezerra, Senador da República, a necessidade de se alocar recursos orçamentários para a aquisição de uma ambulância para o Município de Nova Canaã do Norte.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Exmº Sr. Carlos Bezerra, Senador da República, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Canaã do Norte teve os índios da tribo Kaiaby como o primeiro povo que habitou esta região, às margens do rio Teles Pires.

Localizado no extremo Norte do Estado, dista 665.10 quilômetros de Cuiabá e conta com uma população de 11.500 habitantes. A economia está baseada na pecuária, que conta com 196.000 cabeças de bovinos, 10.000 suínos e possui o maior rebanho caprino do Estado, com 1.200 cabeças, sem contar com uma representação significativa da avicultura, 70.000 aves. A agricultura tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

como culturas de maior destaque o algodão, 1.000 ton/ano; feijão, com a produção de 550 ton/ano, além de maior produção de café e cana-de-açúcar.

O município enfrenta grandes dificuldades no setor de saúde pública, já que 60% de sua população estão localizadas na região rural, dificultando assim o acesso desta comunidade a um centro hospitalar mais próximo.

A deficiência se agrava na medida que o município tem apenas um hospital e 22 leitos para toda a população, ficando abaixo das metas mínimas de OMS, que é uma proporção de um leito para cada 200 habitantes, e a realidade é de um leito para cada 540 habitantes. Muitas vezes, a falta de um veículo apropriado, como uma ambulância, para o transporte de pacientes da zona rural para o município agrava muito mais o estado de saúde, podendo levar o doente a óbito.

A aquisição de uma ambulância para percorrer as glebas vizinhas e o Assentamento Veraneio atenderá cerca de 600 famílias, que se encontram isoladas de qualquer infra-estrutura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Victor Cândia, Secretário de Estado de Transportes, a necessidade de fazer a abertura de novas estradas e pontes e o encascalhamento das vias do assentamento Pingo d'Água até a sede do Município de Querência.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, extensivo ao Sr. Victor Cândia, Secretário de Estado de Transportes, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Com uma população de 7.274 habitantes e localizada na região do Médio Araguaia, Querência dista 927 quilômetros da Capital.

A atividade econômica do município é predominantemente a cultura de médias e pequenas propriedades. Destaca-se, na agricultura, pelo cultivo de arroz, com 28.840 ton/ano; látex, com 650 ton/ano; e em menor proporção a soja, com 34.800 ton/ano. A extração de madeira em tora é a principal atividade econômica do município, com 68.000 m³/ano. Na pecuária conta com um rebanho de corte de 148.000 cabeças.

O Município de Querência apresenta uma característica incomum aos outros municípios: a população rural é superior a urbana. Isso se deu a partir de 1995, com a criação do Assentamento Coutinho União e, posteriormente, a criação de mais três assentamentos num período de um ano, beneficiando cerca de 1.300 famílias, cuja instalação imediata acarretou grandes problemas de infra-estrutura para o município.

Criado em 09/07/98, o Projeto de Assentamento Pingo d'Água assenta 692 famílias, baseando sua economia na agricultura de pequenas propriedades. Para ativar e ampliar as atividades comerciais na região, seria preciso a abertura de pelo menos 100 quilômetros de novas estradas e a construção de pontes e pontilhões, só assim poder-se-ia integrar os PAs à sede do município, encurtando as distâncias e estabelecendo novas vias de acesso.

A permanência do homem no campo é um problema social, que deve ser discutido de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

forma ampla, por isso essa reivindicação é de suma importância. Peço às autoridades que se sensibilizem para que mude esse quadro para melhor.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Noremberg Borja de Brito, a necessidade de estender o Programa *Luz do Campo* ao Assentamento Brasil Novo, no Município de Querência.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Noremberg Borja de Brito, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Com uma população de 7.274 habitantes e localizada na região do Médio Araguaia, Nordeste do Estado, Querência dista 927 quilômetros da Capital.

A atividade econômica do município é predominantemente a cultura de médias e pequenas propriedades. Destaca-se, na agricultura, o cultivo de arroz, com 28.840 ton/ano, látex, com 650 ton/ano, e em menor proporção a soja, com 34.800 ton/ano. A extração de madeira em tora é a principal atividade econômica do município, com 68.000 m³/ano. Na pecuária conta com um rebanho de corte de 148.000 cabeças.

O Município de Querência apresenta uma característica incomum aos outros municípios: a população rural é superior a urbana. Isso se deu a partir de 1995, com a criação do Assentamento Coutinho União e, posteriormente, a criação de mais três assentamentos, num período de um ano, beneficiando cerca de 1.300 famílias, cuja instalação imediata acarretou grandes problemas de infra-estrutura para o município.

No Projeto de Assentamento Brasil Novo, o sistema educacional é um dos mais prejudicados. Atualmente encontram-se 112 alunos matriculados, porém a falta de energia elétrica impede que mais alunos possam estudar ou até continuar seus estudos. Devido a inexistência de turmas no período noturno, grande parte dos adolescentes trabalham para ajudar na renda familiar, comprometendo assim o seu futuro. Por esse motivo, faz-se necessária a aquisição de um grupo gerador, que passará a atender também aos postos de saúde e poderão ser ministradas aulas no período noturno.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

8ª) INDICAÇÃO: Indico ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Noremberg Borja de Brito, a necessidade de estender o Programa *Luz do Campo* ao assentamento São Manoel, no Município de Querência.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Noremberg Borja de Brito, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Com uma população de 7.274 habitantes e localizada na região do Médio Araguaia, Nordeste do Estado, Querência dista 927 quilômetros da Capital.

A atividade econômica do município é predominantemente a cultura de médias e pequenas propriedades. Destaca-se, na agricultura, o cultivo de arroz, com 28.840 ton/ano, látex, com 650 ton/ano, e em menor proporção a soja, com 34.800 ton/ano. A extração de madeira em tora é a principal atividade econômica do município, com 68.000 m³/ano. Na pecuária conta com um rebanho de corte de 148.000 cabeças.

O Município de Querência apresenta uma característica incomum aos outros municípios: a população rural é superior a urbana. Isso se deu a partir de 1995, com a criação do Assentamento Coutinho União e, posteriormente, a criação de mais três assentamentos, num período de um ano, beneficiando cerca de 1.300 famílias, cuja instalação imediata acarretou grandes problemas de infra-estrutura para o município.

Apesar de apresentar características próprias em relação à maioria dos municípios do Estado, os assentamentos sofrem com a falta de infra-estrutura. Uma dessas dificuldades está na distribuição de energia elétrica, uma vez que a sede do município encontra-se com 735 unidades consumidoras, equivalendo a 1.723.078 KWh, enquanto a zona rural tem apenas 62 unidades de consumo, num total de 206.982 KWh.

O Assentamento São Manoel sofre grandes prejuízos, os maiores estão na saúde e educação. Os postos de saúde sofrem com a falta de infra-estrutura para o armazenamento de vacinas, esterilização de instrumentos e atendimento aos pacientes de emergência, além de prejuízo na aprendizagem dos alunos, que só podem estudar no período matutino e vespertino.

É de suma importância estendermos o Programa *Luz no Campo* para este assentamento, beneficiando toda a comunidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

9ª) INDICAÇÃO: Indico ao Sr. José da Silva Thiago, Superintendente do DNER do 11º Distrito, a necessidade de instalação e construção de lombadas eletrônicas e redutores de velocidade e a construção de uma pista lateral na pista recém construída, até a entrada do Aeroporto Municipal, na BR-163, próximo a ponte sobre o rio Lira, no Município de Sorriso.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente indicatório ao Sr. José da Silva Thiago, Superintendente do DNER, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Distante 412 quilômetros da Capital e localizada na região Norte do Estado, próximo ao alto do Teles Pires, Sorriso conta com uma população de 33.014 habitantes, estando sua principal atividade econômica ligada diretamente à agricultura, sendo o maior produtor de soja do Estado com 890 mil toneladas, apesar de ter outras culturas em destaque, tais como: 82 mil ton/ano de milho, 200

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

mil ton/ano de arroz e 30 mil ton/ano de algodão. A pecuária também tem grande importância no abastecimento local, contando, na suinocultura, com 36 mil porcos para abate, 100 mil cabeças de bovinos para abate e também a apicultura, com 3.5 mil quilos de mel por ano.

Apesar da grande potencialidade na agroindústria e no comércio, Sorriso enfrenta um mal que atinge todo o Estado, denominado sistema rodoviário. A má conservação e o descaso quanto à manutenção e pavimentação de novas rodovias, torna-se o maior obstáculo para os produtores, comprometendo o crescimento dos municípios e do Estado.

Devido a grande produção de grãos na região, a Rodovia BR-163 é a principal via de acesso ao Sul do Estado e do país. O grande fluxo de automóveis nesta rodovia ocasionou no ano passado 515 acidentes, levando a 48 óbitos, números que confirmam que a BR-163 é a segunda rodovia mais perigosa do Estado.

Segundo o setor de acidentes e medicina rodoviária, o perímetro entre os quilômetros 771 ao 778, na zona urbana de Sorriso, é um dos seis pontos mais críticos de toda a rodovia.

Por este motivo, vê-se a necessidade de atender ao clamor desta comunidade pela instalação das lombadas eletrônicas, de redutores de velocidade e da construção de uma pista lateral na sequência da pista até o aeroporto Municipal.

Na intenção de sensibilizar as autoridades competentes, solicito todo esforço necessário para amenizar as dificuldades desse Município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO – PMDB

10ª) REQUERIMENTO; Com fulcro no que preceitua o art. 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Deputado Zé Carlos do Pátio requer à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, nos termos do art. 28 da Constituição Estadual, que faça encaminhar a Exmª Sr. Sueli Solange Capitula, Procuradora-Geral do Estado, os questionamentos abaixo, solicitando o envio a este Poder Legislativo das respectivas informações, dentro do prazo legal.

Recentemente foram publicadas no *Diário Oficial* do Estado (01/08, 03/08, 08/08, etc) autorizações concedidas pelo Governador para que Procuradores do Estado possam se ausentar do país no período de 15 de setembro a 07 de outubro de 2001, segundo publicado nos jornais *Folha do Estado*, de 09/08, e *Bastidores de Poder*, de 19/08. Esta autorização decorre do curso de aperfeiçoamento em língua inglesa para os Procuradores do Estado, que se realizará em Chicago, Estados Unidos.

Questiona-se, então:

1 - Segundo noticiado pelos jornais acima, os gastos estão sendo financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, através do Programa Nacional de Apoio Fiscal aos Estados – PNAFE. Este financiamento será pago pelos cofres públicos? Qual a origem destes recursos?

2 - Como funciona o PNAFE?

3 - Que instituição ministrou a fase básica e qual ministrará o curso de aperfeiçoamento? Enviar a este Poder cópia dos contratos/convênios com estas instituições.

4 - Qual a finalidade, conteúdo programático e carga horária do curso básico e de aperfeiçoamento?

5 - Qual o custo total desta viagem/curso? Discriminar todos os gastos com passagens aéreas, terrestres, translados, hotel, alimentação e demais gastos.

6 - Quem é o ordenador da despesa? Qual a data do pagamento? Enviar a este Poder

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Legislativo cópia da Nota de Empenho.

7 - Enviar a relação dos Procuradores e/ou servidores que irão realizar tal curso nos EUA, incluindo também outras pessoas, como, por exemplo, professores que acompanharão a comitiva. No caso dos Procuradores e servidores, informar quanto tempo de serviço ainda resta para a aposentadoria de cada um.

8 - Há previsão de pagamento de diária aos Procuradores e professores? Qual o valor individual? Quantas serão pagas até o final do curso?

JUSTIFICATIVA

Recentemente foram publicadas no *Diário Oficial* do Estado (01/08; 03/08; 08/08, etc) autorizações concedidas pelo Governador para que Procuradores do Estado possam se ausentar do país no período de 15 de setembro a 07 de outubro de 2001. Conforme publicado nos jornais *Folha do Estado* de 09/08 e *Bastidores de Poder* de 19/08 as autorizações visam à realização de curso de aperfeiçoamento em língua inglesa, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos para estes Procuradores.

Tendo em vista o esclarecimento das finalidades e objetivos da realização deste curso, bem como para verificação da aplicação de recursos públicos, estamos solicitando as devidas informações, apoiados no que preceitua o artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis, ao tratar dos poderes do Deputado no exercício do mandato, *verbis*:

“Art. 141 Cabe ao Deputado, uma vez empossado:

a) (...)

b) fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração

Indireta;”

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Sr. Presidente, quero dizer, primeiramente, que a idéia da vigília deu certo. Até foi uma sugestão que eu tinha colocado num ato do SINTEP, para que o SINTEP estivesse presente no Parlamento, porque assim nós vamos saber quem é quem, quem tem compromisso com a classe dos professores.

(O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS FALA DA SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Vossa Excelência está irritado, porque eu estou usando da palavra, mas eu estou apresentando matérias, várias Indicações e vários Requerimentos.

Eu quero dizer ao SINTEP e à categoria que este Projeto de Lei vai para a Comissão de Constituição e Justiça, cujo presidente é o Deputado Riva, e também fazem parte dessa Comissão os Deputados Benedito Pinto, Eliene, Alencar Soares e eu.

Quero propor ao Deputado Benedito Pinto, que é vice-presidente dessa Comissão, que nós marquemos uma reunião com a categoria dos professores para a próxima terça-feira, na própria reunião da Comissão de Constituição e Justiça, até porque o Deputado Riva disse que quer reavaliar melhor este Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA)

- Solicito ao Deputado Humberto Bosaipo que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 08:57 HORAS.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu sugiro ao Deputado Benedito Pinto, que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

aqui, que é da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Continua com a palavra o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero que haja possibilidade de marcarmos essa reunião com o SINTEP, porque será nessa hora que os Deputados vão dar o Parecer. Essa é a principal Comissão da Assembléia Legislativa.

Então, como o Deputado Riva quer rediscutir este Projeto de Lei, e propôs junto com a Comissão e com a categoria, eu proponho, para a terça-feira, na reunião da Comissão, às 15:00 horas, que a Comissão convide a diretoria do SINTEP para discutir o Projeto de Lei, inclusive as emendas e os encaminhamentos.

Eu quero dizer, Deputado Humberto Bosaipo, só para ficar claro, que ontem eu provei - e Vossa Excelência pode nos ajudar - que um Geógrafo, um Biólogo, um Matemático, um Psicólogo, um Pedagogo, um Sociólogo, ganha, como piso salarial, para iniciar carreira na Secretaria de Administração, na Secretaria de Planejamento, Auditoria, enfim, em qualquer secretaria, R\$1.600,00.

Por que um Biólogo que trabalha numa Secretaria de Administração tem um piso salarial de R\$1.600,00 e um Biólogo, Professor, tem um piso bem menor do que R\$1.000,00? Por que há essa disparidade?

Eu acho que é o momento de nós unirmos a Assembléia Legislativa - e eu quero pedir o apoio de todos os colegas Deputados - para reavaliar isso, porque não é justo que as categorias do setor instrumental, que são as secretarias meio, tenham um salário bem maior do que a categoria dos professores.

Parabéns ao SINTEP! Continuem a vigília e podem contar com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - O tempo de Vossa Excelência encontra-se esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para concluir, Sr. Presidente.

Na semana que vem chegarão vários ônibus do interior, hipotecando apoio à categoria do SINTEP, lideranças comunitárias, pais, enfim, todos estarão vindo de Rondonópolis para engrossar fileira, para defender um salário mais justo para a categoria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu informo à plenária, aos professores, que essa matéria eu vou colocar em pauta a partir de quarta-feira próxima. Informo, também, que quero conversar com o Líder do Governo e com a direção do SINTEP nesse intervalo de tempo, uma vez que fui convidado pela diretoria do SINTEP para intermediar esta greve. Portanto, eu já comuniquei ao Deputado, Líder do Governo, Rene Barbour, comunico especificamente ao Plenário agora e, formalmente, ao Deputado Gilney Viana e à Deputada Serys Shessarenko, que me procuraram, que estaremos colocando esses Projetos de Lei em pauta a partir da próxima quarta-feira.

Inclusive, gostaria de comunicar ao Deputado Benedito Pinto que foi quebrada a prioridade de vetos, em função do Projeto de Lei dos professores, e que nós vamos manter essa prioridade, com a acedência de Vossa Excelência, que pediu Questão de Ordem a respeito da prioridade dos Vetos, obedecendo a princípio constitucional. Então, fica aberta essa pauta apenas para discutir o Projeto de Lei dos professores ou outro qualquer, se porventura uma emergência de Estado ocorrer.

O Sr. Nico Barocat – Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Barocat.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. NICO BARACAT – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, em viagem oficial da Assembléia Legislativa, Vossa Excelência, Deputado Humberto Bosaipo, estava em Brasília, mantivemos um contato com a maioria dos Líderes desta Casa - nós presidíamos a Sessão -, e dentro deste acordo foi deliberado que nós, apesar de o Deputado Benedito Pinto ter avocado a questão dos Vetos, houve um acordo de Lideranças para que nós pudéssemos votar as Indicações apresentadas até a Sessão de hoje, mantendo, daí para frente, Sr. Presidente, as rotinas de votação, apenas das Indicações, não dos Requerimentos e Moções.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Eu não posso decidir sobre um assunto que Vossa Excelência, como Presidente da Casa, em exercício, já decidiu. Fica mantida a decisão do Plenário e de Vossa Excelência.

Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias que nos assistem, para apresentar uma Moção de Pesar:

Com fundamento ao art. 237, alínea “h”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Pesar, endereçada à família do Sr. Gesner Leôncio Gaíva, em Cuiabá, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO, profundamente consternado, solidariza-se neste momento difícil e de grande pesar com todos os membros da família do Sr. Gesner Leôncio Gaíva, pelo seu infausto falecimento, deixando um imenso vazio em todos os seus familiares. Rogamos ao Senhor Deus que lhe proporcione o descanso merecido e derrame suas bênçãos nos familiares, dando-lhes força e compreensão neste triste momento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Também, Sr. Presidente, para falar de dois artigos, um feito pela *Folha do Estado*, dizendo que a nossa CPI do Combustível está cheirando a *pizza*, e a outra do *Diário Cuiabá*, elogiando o trabalho da CPI, que a CPI dá mais um grande passo no combate à ação da máfia dos combustíveis, com a campanha de esclarecimento aos consumidores. O que este jornal talvez não saiba, ou não entendeu - talvez eles queiram, Deputada Serys Shhessarenko, que se prenda alguém, que se feche algum posto de gasolina...

Após a instalação da CPI, a arrecadação do combustível já aumentou em mais de 10%, já foram fechadas mais de vinte e duas bombas de gasolina, o que, às vezes, eles não entendem é que a lei é muito aberta e algumas liminares são concedidas a esses postos de gasolina para serem reabertos, o que não tem nada a ver com a Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa tem feito a sua parte de fiscalizar, convocar e ver o que está acontecendo. Agora, existe uma máfia no Brasil inteiro, responsável por sonegação, adulteração e roubo de carga de combustível. Nós já constatamos em nossa CPI, e existe uma delegada que está estudando o caso, para que sejam pegas em flagrante as pessoas que estão transportando o combustível irregularmente.

Quanto à viagem, Sr. Presidente Humberto Bosaipo - Vossa Excelência até hoje ainda está sem Partido, eu sei que não é por falta de convite -, eu quero aqui, como Secretário Geral do meu Partido, dizer que tenho uma grande admiração por Vossa Excelência e gostaria de fazer um convite, publicamente, para que volte ao seu antigo berço, ao seu antigo lado, ao PFL, ao lado de Jaime Campos, de Júlio Campos, de Moacir Pires, de Jonas Pinheiro, de Celcita Pinheiro. Convido também todos que estão sem Partido, o Deputado Emanuel Pinheiro...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

As prefeitas de Colniza e Brasnorte estão sentindo a sua falta, Deputado Humberto Bosaipo. Vossa Excelência tem um grande carisma com o pessoal do PFL, seja bem-vindo de volta a nossas trincheiras – como é falado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Deputado Moacir Pires, por educação, nós não devemos, nunca, fechar porta a nenhum convite. Vossa Excelência é um dos Parlamentares mais atuantes aqui na Casa, apesar de ser um Deputado de primeiro mandato. Essa questão partidária, eu estou levando com muita calma e devo decidir até o dia 30. De qualquer forma, agradeço o convite de Vossa Excelência.

Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores da Educação aqui presentes, o tempo é só de três minutos...

O Deputado Moacir Pires falou sobre a questão da CPI, e eu queria também deixar registrado que é uma preocupação que a CPI do abuso do poder econômico na compra de votos - que eu acho uma CPI das mais importantes, se quisermos salvaguardar ainda alguma coisa em termos de eleições neste Estado -, como os meios de comunicação vem tratando. Só para comparar, já que o Deputado comparou dois jornais, enquanto um jornal diz da importância dessa CPI, o outro diz permanentemente que a CPI do abuso do poder econômico na compra de votos é uma grande pizza. Eu quero deixar isso registrado aqui.

Em primeiro lugar, seria um total desconhecimento desse meio de comunicação sobre o andamento dos trabalhos. Como a gente sabe que ele não desconhece, é má-fé realmente. É um meio de comunicação que não quer que as investigações prossigam, é um meio de comunicação que, não sei por que cargas d'água, quer que nada aconteça na CPI do abuso do poder econômico na compra de votos, basta que abriremos, quase que diariamente, ou, no mínimo, duas vezes por semana, o jornal *A Gazeta*, está lá escrito bem grande: “é uma grande pizza a CPI do abuso do poder econômico”.

Eu pergunto: é uma grande pizza 84 depoimentos que nós já temos? Mais de 20 depoimentos de prefeitos? Mais de 30 depoimentos a vereadores? Coisas terríveis. Nós encontramos desde cartas assinadas, dando casa, com número, rua, endereço, se votar no sujeito! Até cheque grandes, de milhares e milhares de reais, pagando conta de combustível nas eleições do candidato “x”, “y” ou “z”. O resto nem se fala! Laqueadura, tem um município que superou o número de 50 laqueaduras em mulheres - inclusive, mulheres muitos jovens, de 20, 22 anos -, em troca do voto seu e de sua família.

Quando se consegue buscar essas informações para dar os encaminhamentos devidos, posteriormente, faça-me o favor, essa CPI não vai acabar em pizza, ela já deu muitos frutos! E está dizendo isso quem está morrendo de medo que esta CPI pegue os seus apaniguados, que, com certeza, foram por esse órgão de comunicação certamente favorecidos nas eleições.

Com relação aos trabalhadores da Educação, nós...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, solicito mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Concedo dois minutos a Vossa Excelência.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Nós gostaríamos de dizer que ontem - é óbvio que os senhores e as senhoras já sabem do resultado - houve uma reunião com a direção do sindicato e os Deputados da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Legislativa, e como Parlamentar titular desta Comissão, nós estamos trabalhando no sentido de continuar as negociações.

Conversamos com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, há pouco, e ele já foi procurado pela direção do sindicato também, dias atrás, e se dispôs a participar desse trabalho. Eu acredito que nós precisamos urgentemente reunir a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, com a presença do Presidente da Assembléia Legislativa e da direção do sindicato, para ultimarmos os procedimentos, daqui para frente, dessa negociação. Nós precisamos envidar todos os esforços, e a Assembléia Legislativa, com certeza, está tendo um papel relevante, e deverá ter um papel que se torne mais relevante ainda nesse sentido.

Eu não vou entrar nessa discussão agora, porque o meu tempo acabou, mas eu vou tentar falar no Grande Expediente, para que eu possa realmente fazer um relato mais aprofundado dessas questões da Educação. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, para apresentar uma Moção de Aplausos de nossa autoria:

Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja remetida ao Prefeito Municipal de Alto Araguaia-MT, com cópia para a Comissão Organizadora e Câmara Municipal, Moção de Aplausos nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o meu pensamento, vem manifestar o seu aplauso ao Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, pela promoção do 5º Festival Náutico e 3º Festival Cultural, a serem realizados em Alto Araguaia, no período de 05 a 09 de setembro de 2001.

Vale ressaltar a visão empreendedora e a determinação em realizar um evento que une mato-grossenses e goianos num só espírito, pois apenas o rio Araguaia os divide.

Além da oportunidade de investimentos e bons negócios, o evento também representa um momento para realizações culturais e de entretenimento.

Com esses dois festivais, o araguiense tem a oportunidade de mostrar seu talento artístico e esportivo, bem como proporcionar aos visitantes momentos inesquecíveis de cultura e lazer.

Certamente, com a habilidade e competência da comissão organizadora, em parceria com a Câmara Municipal, as atrações programadas e oferecidas pelo prefeito proporcionarão muita cultura, aliada ao lazer.

Os araguienses sentem orgulho de seus representantes, pois participar de um calendário cultural com as riquezas turísticas do município é orgulho e promessa de desenvolvimento.

Que a Câmara Municipal, através de seus Pares e com espírito desenvolvimentista em prol dos que ali os colocaram, sintam-se homenageada, porque com certeza a sigla partidária de cada um fundiu-se em uma só: cultura e lazer.

Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, político competente e com um passado de lutas e realizações, merece receber esta homenagem, extensiva a todo o povo de Alto Araguaia, por ele tão bem representado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado J. BARRETO – PL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Estive naquela cidade, representando Vossa Excelência, ao lado do Deputado Riva, do Deputado Eliene e o Deputado Alencar Soares. É importante que esta Moção de Aplausos receba todos os votos dos nobres Pares.

Eu gostaria de registrar a presença, nas galerias, de representantes do SINTEP da cidade de Rondonópolis, a Professora Cleci e o Professor Fernandes, ao lado de tantos outros trabalhadores da Educação que se encontram presentes.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, o amadurecimento da categoria, dos profissionais da área da Educação. Estive conversando há pouco, não tenho nem autorização para falar sobre isso, mas quero registrar uma conversa que nós tivemos com a Maria Luíza, com o Gilmar e a Helena Maria, ali na ante-sala do Plenário desta Casa, confirmando realmente um pedido do Deputado Riva, para que aconteça - e Vossa Excelência, numa conversa que tivemos, concorda, endossando as palavras da eminente Deputada Serys Slhessarenko - uma Audiência Pública, para discutirmos não só a questão salarial, mas aquilo que Vossa Excelência colocou, com muita firmeza, na audiência que tivemos com o Governador Dante de Oliveira, como disse a Professora Maria Luíza, as entranhas da questão da Educação, aquilo que realmente possa estar sendo desviado na área da Educação, nas questões de contratos, por exemplo, que são milhares e milhares. Portanto, eu acho que define essa questão, que é de fundamental importância para a categoria.

Eu não me canso, e quero dizer e provar a Vossa Excelência que não nos cansamos de estar articulando para chegarmos a um denominador, para que, realmente, a categoria saia fortalecida desse episódio, disso que está acontecendo no Estado de Mato Grosso.

Com o aval de Vossa Excelência, poderemos confirmar com o Secretário de Educação, Carlão Nascimento, e com sua equipe uma Audiência Pública. E tão logo possamos ter um contato com o Deputado Riva, para reafirmar, na próxima terça-feira poderemos chegar a um denominador e, depois da Audiência Pública, termos uma conversa novamente com o Governador do Estado de Mato Grosso para que possamos continuar discutindo fortemente a questão salarial dos profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deputado J.Barreto, o Governador remeteu o Projeto de Lei dos Professores para a Assembléia Legislativa e, praticamente, tirou do Palácio Paiaguás o problema e jogou para nós! Nós temos consciência disso. E o período que estamos colocando para votação desse Projeto de Lei, na próxima quarta-feira, é uma data bastante razoável para que nós possamos discutir, inclusive em período extraordinário, se os Parlamentares acharem necessário, porque o assunto é grave. Entretanto, essas questões, daqui para frente, terão que ser tratadas também com o do Líder do Governo, que representa o Governador e a maioria dos Srs. Deputados Governistas.

Esta Mesa, a Presidência, está à disposição para qualquer ação da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, liderada pelo Deputado Eliene, pelos Deputados e pela Deputada que a compõem, para que nós possamos exaustivamente discutir essa questão, até porque o Ministério Público já entrou na parada. O Ministério Público já está questionando, já pediu informações sobre a Lei e, certamente, vai questionar o Governo e o SINTEP.

Nós queremos achar uma solução antes de quarta-feira. E eu coloco esse prazo de quarta-feira, para que possamos discutir exaustivamente, inclusive se o Governador aceitar novamente a discussão, porque nós saímos de lá com a proposta fechada com o Governador, mas, obviamente, essa mudança de comportamento em relação ao prazo de votação permite uma discussão mais ampla.

Como Vossa Excelência não estava aqui no momento em que eu anunciei, nós vamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

colocar esse Projeto de Lei na Sessão matutina de quarta-feira.

Com a palavra, o Deputado Gilney Viana (AUSENTE).

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Deputado Amador Tut.

“Dispõe sobre a estadualização da estrada que liga os Municípios de Colniza a Rondolândia, passando por Aripuanã, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Governador do Estado autorizado a estadualizar a estrada que liga os Municípios de Colniza a Rondolândia, passando por Aripuanã.

Art. 2º Fica ainda autorizado o Governo do Estado a realizar todas as obras necessárias para a sua restauração e conclusão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A estadualização da estrada que liga os Municípios de Colniza a Rondolândia, passando por Aripuanã, proporcionará benefícios a inúmeros produtores rurais e indústrias madeireiras, que se encontram estabelecidas nesse trecho, evitando assim o desvio para o vizinho Estado de Rondônia, gerando, portanto, mais divisas para Mato Grosso.

Para efetivar essa proposta, faz-se necessária a sua estadualização, possibilitando assim a realização de obras que permitam sua continuação e conclusão.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado AMADOR TUT – PL”

Ainda, sobre a mesa, dois Projetos de Resolução de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro.

1º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede Título de Cidadã Mato-grossense A Srª Maria Zilmar de França.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder Título de Cidadã Mato-grossense a Srª Maria Zilmar de França.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Com a certeza de estar neste ato interpretando o desejo de milhares de mato-grossenses, tenho a especial alegria de encaminhar para deliberação deste soberano Plenário a indicação de um Título de Cidadã Mato-grossense para a Srª Maria Zilmar de França.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Trata-se de uma homenagem justa e merecedora de toda nossa atenção, posto que o trabalho desenvolvido pela nossa homenageada é de tamanha importância que reflete a sua dedicação, o seu apreço e o seu amor para com o Estado de Mato Grosso, suas coisas e sua gente.

Chegando em Mato Grosso no ano de 1950 e fixando residência no Município de Jaciara, trabalhando sempre na área do comércio, também durante a gestão do seu esposo como prefeito municipal de Jaciara, deu atendimento e desenvolveu vários programas sociais junto às comunidades carentes do município, nos seus diversos setores, muitas vezes no anonimato, prestando relevantes serviços à comunidade de tal sorte a influenciar, efetivamente, no progresso do nosso Estado.

Acompanhando de perto as atividades da nossa indicada, temos conosco que se presta aqui uma justa e merecida homenagem, queremos também reconhecer nesta homenagem a importância da família de Dona Maria Zilmar, que foi o seu saudoso esposo, ex-prefeito de Jaciara, Sr. Raimundo José de França, *in memoriam*, e seus filhos Vera Lúcia, Maria Dulcelina, Lucimar, Moacir, Maria Cecília, Juarez, Meire e Dagmar.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Título de Cidadã Mato-grossense que ora indicamos se justifica plenamente no reconhecimento da luta em prol do nosso Estado.

Desta forma, esperamos que os ilustres Pares reconheçam o mérito desta proposição, e nos dêem o devido apoio.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado EMANUEL PINHEIRO”

2º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Mariano Aguila Gonzalez.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Mariano Aguila Gonzalez.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Com a certeza de estar neste ato interpretando o desejo de milhares de mato-grossenses, tenho a especial alegria de encaminhar para deliberação deste soberano Plenário a indicação de um Título de Cidadão Mato-grossense para o Senhor Doutor Mariano Aguila Gonzalez.

Trata-se de uma homenagem justa e merecedora de toda nossa atenção, posto que o trabalho desenvolvido pelo nosso homenageado é de tamanha importância que reflete a sua dedicação, o seu apreço e o seu amor para com o Estado de Mato Grosso, suas coisas e sua gente.

Fixando domicílio no Município de Jaciara, no ano de 1975, passou a exercer as atividades de médico no Hospital Cristo Redentor, no posto de saúde de Jaciara, nos seus diversos setores, muitas vezes no anonimato, prestando relevantes serviços à comunidade, de tal sorte a influenciar, efetivamente, no progresso do nosso Estado. No ano de 1992, exerceu o mandato de Vereador da Câmara Municipal de Jaciara e presidente por mandatos do Partido da Frente Liberal do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Município de Jaciara.

Acompanhando de perto as atividades do nosso indicado, o Doutor Mariano Aguila Gonzalez, médico conceituado no município de Jaciara, temos conosco que se presta aqui uma justa e merecida homenagem.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Título de Cidadão Mato-grossense que ora pretendemos outorgar, através desta proposição, é o reconhecimento da luta em prol do nosso Estado.

Desta forma, esperamos que os nobres Pares reconheçam o mérito desta proposição e nos dêem o devido apoio.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado EMANUEL PINHEIRO”

Ainda, sobre a mesa, Projetos de Resolução de autoria do Deputado Carlos Brito:

1º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, de acordo com o artigo 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Santana o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Estado de Mato Grosso deve, sem dúvida alguma, os surtos de desenvolvimento que experimenta, desde a década de quarenta, quando da retomada do ciclo da borracha, às maciças levadas de imigrantes que deram o suporte necessário ao desenvolver esses processos. Não apenas como mão-de-obra, abundante e barata, contribuíram estes emigrantes para o desenvolvimento e sustentação destes ciclos econômicos, mais também e principalmente com a introdução de novas técnicas de produção e material humano qualificado e competente, sem o que dificilmente estes ciclos de progresso teriam se sustentado.

O recente ciclo desenvolvimentista, que começa na década de setenta com o advento da agricultura tecnificada e acaba se espraiando por todas as áreas de produção, tem também no processo migratório sua principal base de sustentação, agora já acompanhada pela atuação decisiva dos mato-grossenses.

No entanto, nada mais claro que a dívida de todos com estes abnegados que para aqui vieram somar com os mato-grossenses nesta luta pelo progresso, cujos frutos, doces frutos, começam agora a ser colhidos.

A enorme gama daqueles que para cá vieram contribuir com o Estado, certamente não poderia ser nomeada de todo, sem que injustiças fossem feitas, antes de uma ampla e exaustiva pesquisa. Ainda assim, pouco provável, em face dos milhares de brasileiros e estrangeiros que fariam jus a ter seu nome nela incluído. No entanto, certos nomes, pela relevância que alcançaram e pela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

dedicação com que se dedicaram ao Estado, independem de uma busca mais minuciosa para serem lembrados, se habilitando *a priori* como alvos de justas homenagens, sem que injustiças sejam feitas aos milhares de emigrantes também merecedores da lembrança.

Inserire-se neste restrito rol, sem dúvida nenhuma, o Sr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, pessoa que pela coragem, capacidade e dedicação com que se entregou ao serviço de Mato Grosso, tem se constituído num exemplo mais que merecedor de lembrança.

Nascido no vizinho Estado de Goiás, em 1959, na cidade de Jussara, mudou-se para Mato Grosso ainda na juventude, formando-se em economia em nossa Universidade Federal, em 1983.

Daí em diante, num impressionante encadeamento de sucessos na carreira, passa de diretor do Grupo Etiqueta para Secretário de Estado do Governo atual, exercendo cargos em várias secretarias de Estado, assim como outros cargos de diretoria em órgãos federais, posições que ocupou com competência e onde sempre teve atuação decisiva na luta em favor do Estado. Mais que palavras, o seu currículo atesta o seu desempenho.

A sua luta em favor do Estado, assim como seu amor às coisas de Mato Grosso, dão a Pepeu, como é carinhosamente chamado, o direito de ser considerado um cidadão mato-grossense, prerrogativa desta Casa que, ao conceder o título, presta uma justa homenagem a um cidadão que só tem feito engrandecer a nossa história.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado CARLOS BRITO – PSDB”

2º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao General de Brigada Juarez Genial.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, de acordo com o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao General de Brigada Juarez Genial.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A carreira militar, pela característica peculiar que a distingue, de guardião da defesa da pátria e da segurança nacional, dá azo para aqueles que a seguem se tornem indivíduos exemplares, como cidadãos e guardiães dos valores morais e culturais da sociedade.

Inserire-se neste quadro o Comandante da 13º Brigada da Infantaria Motorizada, General Juarez Genial, que ao longo destes anos de carreira no Exército Nacional sempre primou pela conduta ilibada e pelo explícito amor à pátria, exemplos que entre outras qualidades lhe permitiram ser guindado aos postos mais altos da corporação.

Mais que isso, o General mostrou, nos Estados em que serviu, que é possível e viável o Exército interagir com a sociedade de forma mais intensa, repassando-lhe valores éticos e políticos que certamente contribuem para o aperfeiçoamento das pessoas e a formação de cidadãos dignos e úteis ao país.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

A atuação do General Juarez no Comando da 13º Brigada de Infantaria Motorizada dá testemunho deste tipo de ação, e a cidade de Cuiabá, assim como o Estado de Mato Grosso, sentiram os efeitos positivos destas atividades das novas Forças Armadas.

Sendo, como é, prerrogativa desta Casa homenagear aqueles que se destacam na prática de ações que beneficiam a sociedade, prova de reconhecimento pelos serviços prestados, nada mais justo que conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao ilustre Comandante, forma de reconhecimento e agradecimento à conduta do militar em nosso Estado, exemplo que certamente se multiplicará em novos frutos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de Setembro de 2001.

Deputado CARLOS BRITO – PSDB”

3º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Ozório de Marchi.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, de acordo com o artigo 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Ozório de Marchi.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Certos homens que para cá vieram somar com os mato-grossenses no desenvolvimento do território, pela relevância que alcançam no desempenho de suas funções e pela dedicação ao trabalho, se transformam em alvos de homenagens, sem que injustiças sejam feitas aos milhares de imigrantes que a ele se somam, também merecedores da lembrança, com multiplicadores do progresso.

Inserese neste restrito rol de abnegados, sem dúvida nenhuma, o Sr. Ozório de Marchi, pessoa que pela coragem e dedicação com que se entregou ao serviço em Mato Grosso, tem se constituído num exemplo mais que merecedor de homenagens, que neste caso se constitui num reconhecimento a sua dedicação à agricultura do Estado.

Nascido na cidade de Santo Inácio, Paraná, em 1955, desde a década de setenta já residia em Mato Grosso, Estado onde se formou em Agronomia, na UFMT.

Daí em diante, num encadeamento de atuações tanto no magistério como na área de pesquisa e produção agrícola, deixa um rastro de realizações importantes, que contribuem decisivamente para a inserção do Estado como um dos maiores produtores de grãos do país.

A sua luta em favor do desenvolvimento do setor produtivo primário, assim como sua atuação como professor e pesquisador e criador da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Estado, assim como seu amor às coisas de Mato Grosso dão ao Sr. Ozório de Machi, o direito de ostentar o Título de Cidadão Mato-grossense, uma justa homenagem a um cidadão que, com a sua atuação incansável e brilhante, concorreu para que Mato Grosso seja hoje o grande Estado que é .

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado CARLOS BRITO – PSDB”

4º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Pedro Corrêa dos Santos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, de acordo com o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Pedro Corrêa dos Santos o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA

Certos nomes, pela relevância que alcançam no desempenho de suas funções e pela dedicação com que se dedicaram ao Estado, independem de uma busca mais minuciosa para serem lembrados, como alvo de justas homenagens, sem que injustiças sejam feitas aos milhares de imigrantes também merecedores da lembrança.

Inserese neste restrito rol, sem dúvida nenhuma, o Sr. Pedro Corrêa dos Santos, pessoa que pela coragem capacidade e dedicação com que se entregou, a serviço de Mato Grosso, tem se constituído num exemplo mais que merecedor de homenagens que neste caso restitui ao cidadão prerrogativa que já possuía e dignificava.

Nascido na cidade de Águas Claras, Mato Grosso do Sul, em 1944, entrou na polícia federal em 1974, e desde 1980 exerce seu mister em terras do atual Estado de Mato Grosso, no Município de Rondonópolis.

Daí em diante, num encadeamento de promoções na brilhante carreira, passa de integrante da categoria de direção intermediária para Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Estado, e hoje, mesmo já havendo completado tempo de serviço para se aposentar, continua exercendo a profissão como Chefe de Núcleo da 2º SR/MT, posição que ocupou com competência e onde sempre teve atuação decisiva na luta em favor do Estado.

A sua luta em favor do Estado, assim como seu amor às coisas de Mato Grosso, dão ao Sr. Pedro Correa o direito de ser considerado um cidadão mato-grossense que, até pela sua origem, merece a justa concessão do título, uma justa homenagem a um cidadão que com a sua atuação concorreu para que Mato Grosso seja hoje o grande Estado que é.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado CARLOS BRITO – PSDB”

Também sobre a mesa, um Projeto de Lei de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

“Cria o Município de Paredão Grande, com área territorial desmembrada do Município de General Carneiro.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte Lei :

Art. 1º Fica criado o Município de Paredão Grande, área territorial desmembrada do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Município de General Carneiro.

Art. 2º O município ora criado é constituído de um só Distrito, o da sede, cujos limites são os seguintes:

"Inicia na confluência do ribeirão Sangradouro Grande com o rio das Mortes. Deste ponto segue pelo rio das Mortes abaixo, até a barra do córrego da Forma: daí segue pelo córrego da Forma acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas: 15°26'48"S e 53°09'52"WGr; daí segue por uma linha reta, até a cabeceira do córrego Rapadura de Coordenadas Geográficas: 15°14'37"S e 53°09'27"WGr, daí segue pelo córrego Rapadura até a sua barra no rio Barreiro; deste ponto segue pelo rio Barreiro acima até a barra do córrego Butuie; daí segue pelo córrego Butuie acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas: 15°36'26"S e 53°13'05"WGr; daí segue pelo córrego Merure abaixo, até sua barra no córrego Tarigaremidade; daí segue pelo referido córrego acima até a sua cabeceira de Coordenadas Geográficas: 15°36'26"S e 53°15'49"WGr; daí segue por uma linha reta até a cabeceira do córrego Revoltoso de Coordenadas Geográficas: 15°35'24"S e 53°16'09"WGr; deste ponto segue pelo divisor de águas dos afluentes da margem direita do rio das Mortes e da margem esquerda do rio das Garças até a cabeceira do ribeirão Sangradouro Grande de Coordenadas Geográficas: 15°53'19"S e 53°46'34"WGr; daí segue pelo ribeirão Sangradouro Grande abaixo até a sua barra no rio das Mortes, ponto de partida".

Art. 2º O município será instalado com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos simultaneamente com os municípios já existentes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo criar o Município de Paredão Grande, com área territorial desmembrada do Município de General Carneiro.

O expediente legislativo atende aos anseios da população, que já vinha manifestando a necessidade de criação do município, através das ações de suas lideranças.

A comunidade se organizou e está disposta a trabalhar em parceria com a classe política para efetivar essa brilhante idéia.

Com a propositura, estamos apenas traduzindo a vontade do povo, que determinado vai corresponder os diversos chamamentos que servirão para construir uma próspera cidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 06 de setembro de 2001.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

Deputado RIVA - PSDB

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB"

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente... (PAUSA)

(NESTE MOMENTO, ADENTRA AO PLENÁRIO O DEPUTADO GILNEY VIANA.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deputado Gilney Viana, Vossa Excelência foi convocado para o Pequeno Expediente, mas eu lhe concedo três minutos no Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, eu sei que o assunto principal da pauta é a greve dos profissionais da Educação do Estado e a abertura, ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

reabertura, ou a possibilidade de negociação pós-mensagem do Governo, do Executivo à Assembléia Legislativa.

Eu vou me permitir falar sobre um assunto, já que vários já falaram sobre ele, que é de igual importância e que está ocorrendo. Ontem, dia 05, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, promoveu uma jornada nacional de luta em vinte e três Estados da Federação, reivindicando aquilo que também os profissionais da Educação reivindicam, que é o cumprimento da lei, para que os trabalhadores rurais sem terra, depois de uma árdua luta para conseguir o seu lote de terra, não sejam deixados à mingua e que os projetos fracassem, fracassando os seus sonhos.

Ontem, foi muito interessante que três forças, três segmentos da sociedade marcharam juntos: os servidores públicos federais, os servidores públicos estaduais - no caso, a categoria dos profissionais da Educação do Estado - e também os trabalhadores rurais sem terra. Foi uma manifestação coordenada pelo SINTEP, que engrossou aquela caminhada pelo CPA, mas é bom que se diga que foi um gesto, um ato unitário de diversos segmentos sociais em busca de seus direitos.

Eu gostaria de registrar isso, porque eu acho que esse modelo de desenvolvimento, esse ajuste fiscal provocado pelo Estado Nacional, que reflete nas Unidades Federadas, tanto o Estado administrativo, politicamente falando, como o ente federado, o município, tornou as possibilidades de atendimento das reivindicações dos trabalhadores num grau de dificuldade muito grande. E particularmente aqueles Governos que fizeram ajuste fiscal, como é o Governo do Estado de Mato Grosso, o fizeram em tal proporção, a mais do que o FMI as exigiram, as leis fabricadas por esses que detém a hegemonia, e nem assim são capazes de atender às reivindicações dos trabalhadores, sejam os rurais sem-terra, sejam os servidores públicos federais, sejam os profissionais da Educação.

Gostaria de dizer que o Governo Federal, nesse particular, tem sido extremamente - vamos dizer assim, para não usar um adjetivo de baixo nível - negativo, extremamente perverso com os servidores públicos federais. E não tem nenhuma - eu particularmente sou servidor público federal, sou da carreira docente da Universidade Federal de Mato Grosso -, e hoje na assembléia dos nossos colegas, isto é jogar a categoria na vala comum dos excluídos, uma categoria que tinha um... Antigamente, ser professor da Universidade era um sonho. Hoje, vocês vão lá, que são professores do Estado, vão ver que sonho é esse. Derrubaram todos os nossos sonhos, como o Governo do Estado quer derrubar os sonhos dos profissionais de Educação do Estado.

Ou seja, eles querem derrubar não apenas as suas reivindicações, as nossas reivindicações, eles querem derrubar a coragem, a possibilidade de lutar e a capacidade de sonhar. É isso. Vocês vão ver o desespero, a má qualidade do serviço público e o povo, que é a nossa clientela, como servidores públicos, que nós somos, sacrificados no altar do Moloc, um Moloc moderno, que é o ajuste fiscal, que é o FMI.

Eu gostaria de fazer esse registro...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Informo ao nobre Deputado que o seu tempo já se esgotou.

O SR. GILNEY VIANA – Eu agradeço a Vossa Excelência.

Gostaria de dizer, por último, Sr. Presidente, para apoiar a iniciativa da Mesa, primeiro, ao retardar a tramitação do Projeto de Lei, enviado pelo Executivo; segundo, promover uma negociação, pelo menos uma abertura de negociação, com a diretoria do SINTEP; terceiro, nós, todos os Deputados de Oposição e de Situação, fazermos um esforço concentrado para aproximarmos as duas propostas, para que os trabalhadores da Educação sejam vitoriosos, como eles devem e serão. Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Sr. Presidente, eu estou solicitando a palavra, pela Ordem, primeiro porque Vossa Excelência é o Presidente da Assembléia Legislativa, e eu quero entregar para Vossa Excelência o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da carreira dos profissionais da área instrumental do Governo.

Eu acho que esta Assembléia Legislativa não pode aceitar dois pesos e duas medidas. Eu acabei de falar com o Professor Fernandes, e ele confirmou que o piso salarial dos Professores é de R\$600,00...

(NESTE MOMENTO, UM MANIFESTANTE INFORMA, DAS GALERIAS, O VALOR DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – É de R\$465,00.

E como é o piso salarial de um Geógrafo – nós aprovamos na semana retrasada –, de um Matemático, da carreira dos profissionais da área instrumental do Governo, é de R\$1.600,00 – esse é o valor inicial. Quer dizer, o Governo não pode ter dois pesos e duas medidas - um Geógrafo recebe tratamento diferenciado.

Por último, eu quero dizer, Sr. Presidente, que a lei de iniciativa popular foi a primeira lei da história da Assembléia Legislativa, e Vossa Excelência e nós vamos, nesta Legislatura, após cento e sessenta e poucos anos de existência da Assembléia Legislativa, é a primeira lei de iniciativa popular...

Na semana que vem chegarão muitas comitivas do interior, solicitando a votação da lei de iniciativa popular para reduzir os impostos sobre energia elétrica, tarifa do telefone e do IPVA.

Eu quero, neste momento, pedir que nós façamos, nesta Casa de Leis, na semana que vem, um grande ato de civismo, convocando toda a sociedade civil organizada para que realmente possamos garantir as mudanças que muitos Deputados aqui têm interesse e defendem.

Eu quero deixar isso registrado e mostrar para Vossa Excelência - Vossa Excelência, eu tenho certeza absoluta de que vai contribuir conosco nessa intermediação com o Governo - a lei que nós votamos, sobre a questão da mesma categoria, os mesmos profissionais com salários diferenciados.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA – Sr. Presidente, faço uso da palavra para pedir a inversão da minha inscrição com Vossa Excelência no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Solicito ao Vice-Presidente da Casa, Deputado Nico Baracat, que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. NICO BARACAT ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:25 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) – Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaiipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, professores, trabalhadores da Educação, alunos que participam do Programa *Por Dentro do Parlamento*, que nós implantamos aqui.

Sr. Presidente Deputado Nico Baracat, a imprensa tem divulgado e é do conhecimento de todos desta Casa que eu me desfiliei do Partido Popular Socialista-PPS recentemente, e estou articulando no sentido de me filiar a um novo Partido e me colocar com relação ao processo político do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

ano 2002, já alinhavada essa questão, e eu gostaria de falar um pouco sobre isso, até porque a imprensa, hoje, no jornal *A Gazeta*, já divulga que eu estaria no PL.

Eu tenho mantido algumas conversações políticas, e a primeira delas a convite do Deputado J. Barreto e do Deputado Amador Tut - estão os Deputados aqui presentes -, foi com a direção nacional do PL, na pessoa do eminente Deputado Valdemar da Costa Neto, Presidente Nacional do Partido. Naquela oportunidade, eu recebi o convite do presidente nacional do Partido, bem como do Deputado Federal Wellington Fagundes, que me acompanhava, colocando à disposição minha e dos meus companheiros a direção estadual do Partido, e colocando a possibilidade de uma filiação sem traumas, uma vez que eu havia colocado que a minha saída do PPS era em virtude de ter feito um compromisso com Dante de Oliveira, e não queria quebrar a minha palavra. Queria honrar a minha palavra, que eu já havia dado, inclusive em minha residência, onde ele foi me procurar naquela oportunidade.

E como a palavra, na política, está sendo quebrada constantemente, por isso que a imagem política, no Brasil, é extremamente desgastada. Quando eu fui comunicado, numa visita que o Prefeito Roberto França fez a mim, ao Deputado Jair Mariano e ao Prefeito Romoaldo Júnior, dizendo que já estava no PPS por indicação da direção nacional, eu entendi que o mínimo que a direção nacional do PPS deveria fazer era ter me comunicado daquela decisão, uma vez que todo mundo conhece a minha postura.

Eu sou um Deputado considerado até mediador. Eu não crio muito caso nessas questões, porque os Partidos estão fracos por vários motivos: primeiro, pela fidelidade partidária - nós estamos vivendo toda essa situação porque não existe o instituto da fidelidade partidária -; segundo, os partidos obedecem, hoje, a um centralismo democrático, em que as direções regionais não têm mais valor. Diretório regional não tem mais valor, porque a legislação eleitoral vigente premiou os deputados federais e os senadores, que podem ter o controle do partido! Nós vimos isso, recentemente, em três partidos aqui: no PPS, onde o centralismo democrático, de cima para baixo, decidiu a entrada do prefeito e sequer nos consultou. Vimos isso, recentemente, no PTB, onde a direção nacional - eu estive também com o Deputado Martinez, do Paraná, que é presidente nacional - decidiu que o Deputado Federal Murilo Domingos, por ser detentor de um mandato parlamentar, gerenciasse o Partido. Recentemente, o Pedro Henry, ao entrar no PPB, sem nenhuma tradição no PPB, passou de caminhão em cima de todo mundo, inclusive do Deputado José Carlos Freitas, que deveria ser o presidente natural do Partido, e já é dono do PPB!

Então, esse centralismo democrático me impede de trabalhar num Partido em que eu não tenha ampla liberdade, inclusive, de articulação, coisa que eu gosto de fazer, e liberdade de ação.

Estive conversando com o Dr. Miguel Arraes, presidente do PSB, juntamente com o Deputado Eliene, o Professor Jeferson, que é o presidente regional do Partido e o secretário-geral do Partido, em nível nacional, e o Deputado Eduardo Campos, que é neto do Miguel Arraes, do PSB. Naquela oportunidade, eu ia lá a convite do PSB, ouvir as propostas que o PSB teria a apresentar, num quadro como o de Mato Grosso.

Eu senti no PSB uma dificuldade muito grande - o Deputado Emanuel Pinheiro estava comigo, naquela oportunidade... Nós pudemos sentir que há uma luta interna do Dr. Miguel Arraes, que é um homem que nós conhecemos pela sua luta política, pelo seu histórico político, é um homem de esquerda, um homem que sempre se pautou por uma luta em determinada direção e tem que conviver hoje, por exemplo, com essa questão messiânica do seu candidato a Presidente, que é o Governador do Rio, Antony Garotinho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Eu questionei o Dr. Miguel Arraes no seguinte ponto: eu passei o tempo todo na escola, na universidade, lendo que o senhor e Paulo Freire pregavam a religião é o ópio do povo, e agora como que é essa engenharia, Dr. Miguel Arraes, de conviver com esse discurso messiânico do Governador do Rio? Ele também não soube responder e acabou conceituando que não existe mais esquerda no Brasil, que não existe... Quer dizer, é uma salada de fruta, que eu tinha que questionar, até porque eu queria saber a posição política, a posição ideológica do Dr. Miguel Arraes. O Deputado Emanuel Pinheiro estava presente, foi uma conversa extremamente íntegra, honesta, de um homem a quem nós temos que devotar todo respeito, pela sua tradição, pelo seu passado de luta, por todas essas questões que nós estamos assimilando.

A conversa que eu tive com o PTB foi num jantar na residência do Dr. Martinez, e aí também o Deputado Emanuel Pinheiro me honrou com a sua presença, Já estava presente um número maior de lideranças, como o Deputado J. Barreto, o Deputado Wellington Fagundes, o Governador Dante de Oliveira, o Senador Antero Paes de Barros, o Sr. Osvaldo Sobrinho, que foi Vice-Governador deste Estado e Deputado Federal suplente, o Deputado Murilo Domingos, dentre outras lideranças nacionais que eu não me recordo do nome.

Ficou dito claramente para nós que a opção do PTB é em direção ao candidato Ciro Gomes. Aliás, nem precisava falar, porque, ao entrarmos na casa do Dr. Martinez, vimos a foto do Ciro Gomes, que tomava quase que a porta toda. Então, nem precisava ser comunicado, porque nós já sabíamos das conversas, em nível nacional, que existiam.

Ora, para mim, que saí do PPS, não para complicar a vida de ninguém ou denegrir a imagem de ninguém, eu estou num arco de aliança com o Governador Dante de Oliveira aqui no Estado, e isso é claro, é objetivo, toda a população sabe, o meu eleitorado, os meus correligionários sabem disso. Eu não poderia adentrar no PTB com o compromisso de apoiar novamente Ciro Gomes, porque, no meu entender - e não quero aqui me valorizar, de forma alguma, porque as lideranças que foram para o Partido são mais fortes do que eu, dez, quinze vezes ou mais do que isso -, eu acho que fui preterido lá do Partido.

Em que pese ter pelo Deputado Jair Mariano o maior apreço do mundo, eu disse a ele, agora mesmo, que ainda me restam algumas fichas em branco no PPS, que não vou queimar, nem jogar fora, eu vou entregá-las ao Deputado, para que ele faça uso no Partido, porque essa é a minha forma de agir. Eu fiz algumas fichas, não completei todas e vou devolvê-las ao presidente do Partido.

Ontem, eu conversei com o Deputado José Genuíno, do PT. Fui lá conversar com o Deputado José Genuíno, dizer a ele que eu estava conversando com o PL, como estou conversando com outros Partidos, no sentido de ter um arco de aliança política no Estado em que eu possa apoiar o grupo do Governador Dante de Oliveira - e já está colocada a candidatura do Senador Antero Paes de Barros -, mas que eu pudesse ter a liberdade de apoiar o candidato à Presidência da República que eu quisesse.

E a conversa que eu tive lá no PL, inclusive com o testemunho do Deputado J. Barreto e do Deputado Wellington Fagundes, eu questionei ao Deputado Valdemar da Costa Neto se eu fizesse essa opção, eu poderia apoiar Lula no primeiro turno, e fui autorizado.

Pois bem, esta convicção minha não é uma revanche contra Ciro Gomes, não é uma revanche contra qualquer outro candidato em nível nacional, ao querer apoiar Lula. É porque eu faço trabalho político com pesquisa qualitativa, conversando com meus companheiros, dialogando. Não são muitos, é por isso que eu tenho essa facilidade de conversar com todo mundo. O meu eleitorado é bem reduzido, suficiente apenas para me eleger Deputado Estadual, por isso que eu sou candidato à reeleição. Eu tenho conversado com todos eles, e o indicativo das massas, o indicativo dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

companheiros é apoiar Lula. Esta é uma decisão minha, pessoal.

E eu fui saber do nosso companheiro José Genuíno, que responde pela presidência, em exercício, do PT, se haveria algum problema de ordem partidária aqui no Estado. Por quê? Eu coloquei bem claro: Olha, o PT de Mato Grosso não me convidou, eu não estou querendo criar nenhuma problema lá para o Deputado e para a Deputada do PT. Eu quero só saber se eu posso, numa atitude independente, apoiar o candidato a Presidente, porque daqui a pouco, também vou falar: Ora, não quer o apoio, tudo bem.

Mas recebi, eu quero deixar registrado, por parte do Deputado José Genuíno, que foi uma intervenção do Deputado Gilney Viana, da Deputada Serys Slhessarenko e da Presidente Girlene, uma abertura para eu conversar com o Deputado, inclusive a Presidente da Regional, Girlene, marcou a conversa e mandou duas testemunhas, que foi o Prefeito de Juína, Ságua, e o Prefeito de Rosário Oeste, que estavam, ontem, na conversa, na qual eu estava e pedi que me acompanhasse o Professor Valdir Bertúlio, meu amigo de faculdade, que foi candidato do PT em Várzea Grande, por quem eu nutro um grande respeito e uma grande admiração, e tem me ajudado em alguns projetos, na área ambiental e em orientações em alguns projetos nessa área que ele atua.

Eu quero registrar, bem claro, as conversas que eu estou tendo, porque também visitei o Senador Carlos Bezerra, ontem, no gabinete dele, bati um longo papo com o nosso Senador, fui lá questioná-lo sobre a BR-158. Nós não temos no Orçamento de 2002 nenhum centavo para essa BR, lamentavelmente.

Eu estive, também, com o Senador Antero Paes de Barros, e estou defendendo uma aliança para a sua candidatura ao Governo do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer esses esclarecimentos, até porque, hoje, na no jornal *A Gazeta* saiu que eu já estaria no PL. Eu não estou no PL, ainda! Estou discutindo. Não estou em nenhum Partido.

A minha linha de atuação, a minha linha de raciocínio é esta: se eu for para o PL, eu quero ficar no arco de alianças do Governador e quero apoiar o candidato Lula para Presidente da República, desde o primeiro turno, se isso for possível. Se isso não for possível, nós vamos aguardar os acontecimentos. Isso não quer dizer que estou me aliando à Deputada Serys Slhessarenko e ao Deputado Gilney Viana, não. Essa é uma opção pessoal, posso até nem fazer campanha, posso ir lá e digitar o meu voto, é uma questão que eu discuti amplamente com o Deputado José Genuíno, e fiz um convite a ele. Eu estou falando isso porque, daqui a pouco, o pessoal do PT fala: “Lá vem o Bosaipo do PT”. Aí, vira outro inferno na minha vida.

Não, podem ficar tranqüilos que o PT tem dono aí. O PT está muito bem dirigido. Tenho o maior respeito pela direção do Partido. Eu sou colega da Deputada Serys Slhessarenko, já estamos no terceiro mandato, não sei se ela vai sair candidata a governadora, senadora, mas se for para estadual, e se nós nos reelegermos, será o quarto mandato.

Então, eu tenho o maior respeito e quero deixar bem claro que, em momento algum, falamos aqui em filiação ao PT, falamos numa possibilidade, pode até não acontecer, de estarmos trabalhando juntos numa candidatura nacional.

Eu quis colocar está análise aqui, esses fatos, exatamente porque em política nós temos que deixar bem cristalinas as posições, para que ninguém tenha dúvida do nosso posicionamento. Acho que foi bastante produtivo, está sendo bastante produtivo, com essas conversas que eu estou tendo com os dirigentes, em nível nacional, dos Partidos, mas eu tenho o dever de comunicar isso a todos os companheiros, à imprensa, às pessoas que me acompanham.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. J. Barreto – Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Ouço o companheiro, Deputado J. Barreto.

O Sr. J. Barreto – Eu pedi um aparte ao Deputado Humberto Bosaipo para reafirmar, em nome do Partido Liberal, que Vossa Excelência nos comunicou anteontem que teria uma conversa com o Presidente em exercício do Partido dos Trabalhadores.

E numa conversa que tivemos, em Brasília, o Deputado Valdemar da Costa Neto - já disse isso à Deputada Serys Shlessarenko e ao Deputado Gilney Viana – nos comunicou que o Sr. Luís Inácio Lula da Silva foi ao Partido Liberal, em Brasília, para conversar com o PL. E já foi a Mato Grosso do Sul... Já está hoje feita uma aliança de apoio a Lula, no primeiro turno, em Mato Grosso do Sul, e está se encaminhando conversa também no Estado do Espírito Santo.

Portanto, Deputado Humberto Bosaipo, eu quero reafirmar publicamente, agora aqui da tribuna desta Casa, o convite do Partido Liberal para que Vossa Excelência continue analisando a vinda para este Partido. Eu tenho certeza de que, com a presença de Vossa Excelência, o Partido vai crescer aqui no Estado de Mato Grosso e poderemos, tanto eu como o Deputado Amador Tut, conversar, neste projeto nacional, e Vossa Excelência entrará no Partido, sem traumas, e até há um convite para Vossa Excelência presidir o Partido aqui no Estado de Mato Grosso.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Muito obrigado, Deputado J. Barreto.

Vossa Excelência tem tido este comportamento, e o Deputado Wellington Fagundes também tem tido essa mesma linha de atuação. O Deputado Amador Tut tem, às vezes, até extrapolado, ele já me lançou a candidato a Governador, a Presidente da República, a tudo, mas o Deputado Amador Tut fala por parábolas, então, nós temos que entender o que ele está querendo.

O Sr. Amador Tut – Concede-me um aparte, Deputado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Ouço o Deputado Amador Tut.

O Sr. Amador Tut – Sr. Presidente, nossa convivência aqui já está chegando há onze anos. Eu também já lhe conhecia antes de nós sermos eleitos. Acompanhei sua trajetória para Deputado Federal, naquela época. Vossa Excelência não tem sido só um parceiro dos companheiros, Vossa Excelência chegou a ser soldado dos companheiros, colocando não só o seu nome como o seu sacrifício, como a sua dedicação.

Eu tenho sentido, por exemplo, que o Bezerra reconheceu quando Vossa Excelência era jovem, veio para a Universidade e teve a possibilidade de ingressar, através do gabinete dele. Vossa Excelência, respeitosamente, defende o Bezerra e é uma coisa objetiva, com palavras objetivas, não com oportunismo, não é com nada.

Eu acho muito importante a fidelidade de um cidadão. Em hora nenhuma, quando Vossa Excelência conseguiu subir um degrau, esqueceu o outro que estava ao lado. Inclusive, agora, eu quero até rememorar uns fatos aqui, quando nós falamos de requerimento. De fato, na sua liderança não tinha isso, não! Aprovava o Requerimento mesmo. Aprovava mesmo, não tinha essa conversa, não! Aprovava o requerimento. Agora, vamos saber porque... Nós não estamos aqui para esconder nada de ninguém, para fazer nada a ninguém. Nós estamos aqui com uma diretriz, com um justo objetivo.

Por isso e por mais outros fatos que eu acredito, hoje, que o seu equilíbrio... Até a sua data de nascimento está mais adequada do que a de qualquer outro para ser Governo do nosso Estado. Desculpe-me, mas eu continuo torcendo para Vossa Excelência ser o nosso candidato, quero vê-lo no PL, e gostaria que até Vossa Excelência assumisse a direção do Diretório Regional, porque para mim será muito mais importante eu ser o seu auxiliar do que ser o seu guia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agradeço ao nobre Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Amador Tut.

Eu vou realizar o desejo de Vossa Excelência, Deputado: vou ser Governador agora no dia 10 ou no dia 12. O Governador e o Vice-Governador vão viajar e já me comunicaram que eu vou assumir o Governo por 10 dias ou 12 dias - esse desejo, eu já vou realizar para Vossa Excelência. Quero agradecer-lhe e convidá-lo para, nesses oito dias ou dez dias, não sei se é uma semana, se são dez dias ou quinze dias, nos dar algumas idéias. E uma delas eu discuti em Brasília, ontem, é de nós fazermos aqui um grande seminário sobre o PROÁLCOOL, um seminário nacional, porque nós não podemos mais ficar na mão das multinacionais, nem ficar na mão do monopólio da PETROBRÁS. Nós temos que discutir o PROÁLCOOL, porque gera emprego. Nós temos aqui este produto vegetal, que é o combustível vegetal, como Vossa Excelência defende.

E eu quero, nesse intervalo - obviamente, qualquer pessoa que assume um cargo em exercício tem que se comportar como tal -, mandar para esta Casa e discutir com o Governador a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia no Estado, para premiar pesquisa, inclusive com a Universidade, com o setor pensante deste Estado. E o Governador já sinalizou que nós podemos implantá-lo. Já existe o Ministério da Ciência e Tecnologia, e foi extinta a FAPEMAT, praticamente extinta, porque não tem atividade, está só a Fundação Mato Grosso funcionando, e direcionada apenas para o plantio de soja e algodão, criando um monopólio muito grande nessa área. E uma Secretaria de Ciências e Tecnologia viria premiar a pesquisa, principalmente nas universidades públicas.

Então, é uma idéia que eu gostaria de colocar. E também para dizer que nós discutiremos, no dia 11 de setembro, no Auditório Milton Figueiredo, a criação do Banco do Povo, uma agência de fomento...

O Sr. Amador Tut – Vossa Excelência me concede mais um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Concedo novamente um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Amador Tut – Nós estamos já desenvolvendo um trabalho com o combustível ecológico, ou vegetal, e eu vou trazer algumas coisas. Apesar de tudo isso que nós trabalhamos, os técnicos que fazem isso, eles criam um pouco de suspense, porque querem a patente, porque ninguém quer liberar sem ser patenteado. Existe esse fato.

E nós precisamos. Não temos outra saída, principalmente nós que estamos no Centro-Oeste. Enquanto nós movimentamos um hectare de terra aqui em nosso Centro-Oeste, porque ele gera uma receita de três mil reais por ano, em qualquer outra atividade não passa de seiscentos a oitocentos reais por ano, e é isso que mais gera emprego - o que mais geramos é emprego!

O que nós precisamos neste País hoje? Emprego! Ainda é o povo mais desqualificado que tem possibilidade de trabalhar, enquanto nos outros sistemas nós estamos excluindo, cada dia mais, o cidadão menos qualificado.

E isso não pode acontecer, mais ainda na situação em que nós estamos hoje, com essa dificuldade das universidades estarem custando caro demais. O próprio sistema educacional está reclamando dos seus custos. O ensino está paralisado, e vai complicando tudo e ficando, a cada dia, o cidadão menos preparado, porque a evolução está vindo, os homens que criam a matemática, os homens pensantes, estão evoluindo muito, e a nossa sociedade não tem acompanhado, não dá conta de acompanhar, por isso nós precisamos defender o nosso combustível vegetal em Mato Grosso.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Parabéns, ilustre Deputado. É um trabalho que eu gostaria de levar a frente, inclusive com a ajuda de Vossa Excelência.

Mas eu dizia que nós vamos discutir, em setembro, o Banco do Povo e a Agência de Fomento. Estamos trazendo para o debate um assunto importante para o Estado. O primeiro tema é o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

papel das Agências de Fomento no contexto nacional, cujo palestrante será o Sr. Nelson dos Santos, que é consultor da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - é a primeira palestra, com um grande técnico na área.

A segunda é sobre o Banco do Povo em Goiás, cujo palestrante é o Dr. Osmar Antônio de Moura, Gerente-Geral do Programa Banco do Povo do Estado de Goiás. Também uma experiência que eu já fui conhecer, e está dando certo.

Por último, o Banco do Povo de Blumenau-SC-BLUSOL, cujo palestrante é o Sr. João Batista Klein, presidente do Conselho de Administração do Banco do Povo de Blumenau-BLUSOL e Secretário de Finanças da Prefeitura daquele município.

É um debate enriquecedor, bastante interessante, que vai premiar a população de baixa renda e possibilitar, como está sendo possibilitado em Goiás, que a população de baixa renda tenha acesso ao crédito.

E queremos dizer, fazendo um paralelo com esse assunto, que nós criamos aqui, os funcionários da Assembléia Legislativa criaram a sua cooperativa de crédito, que está dando muito certo, já estão emprestando dinheiro para os funcionários. A Casa, um dia desses, depositou lá quase setecentos mil reais, para incentivar essa cooperativa de crédito - foram R\$670.000,00. E nós incentivamos, porque vão desafogando essa questão funcional, uma vez que nós assistimos no Brasil, por orientação, certamente, do Fundo Monetário Internacional, ao desmonte da função pública! Isso é público e notório.

Quando nós estamos assistindo à angústia dos Professores de Mato Grosso, nós estamos vendo a angústia dos Professores do Brasil, dos funcionários federais, todos estão em greve... Ontem, eu tive oportunidade de ligar no MEC para pedir algumas informações, e o Ministério da Educação também está praticamente em greve, como a maioria dos ministérios. Então, nós assistimos ao desmonte da função pública, claramente, no Brasil...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Concedo, nobre Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Humberto Bosaipo, eu acho que essa discussão é muito válida. Ontem, eu tive uma reunião com o Superintendente do Banco do Brasil no Estado de Mato Grosso e a sua diretoria, e quis informações de como está sendo o financiamento e a aplicabilidade dos recursos do Banco do Brasil no Estado de Mato Grosso. Mesmo, hoje, tendo o PRONAF "A", que é um programa de financiamento para o pequeno, o Banco do Brasil financia muito mais o grande que o pequeno... (PALMAS DAS GALERIAS) É notório.

Inclusive, eu fiz uma colocação, Deputado Humberto Bosaipo, ao Superintendente e à diretoria, ontem, perguntando para que serve o Banco do Brasil. Eu defendo o Banco do Brasil... Se um dia eu for Deputado Federal e tiver que vir com uma política de privatização do Banco do Brasil, eu sou contra a privatização. Só que o Banco do Brasil tem que cumprir mais a sua função social, tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica Federal. Quer dizer, hoje, quem está cumprindo a função social são muito mais os bancos cooperativos, muito mais o Banco do Povo, que está sendo criado, mas o banco que deveria estar cumprindo essa função social, não cumpre.

Ontem, eu cheguei a provar isso para o Superintendente do Banco do Brasil. A primeira relação que eu tive com ele, foi uma relação até um pouco raivosa, e eu fiquei até um pouco constrangido...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – Vossa Excelência é tão educado, não é?

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Sabe por quê? Porque ele estava usando as terras

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

hipotecadas do Banco do Brasil, ao invés de utilizá-las para reforma agrária, ele estava usando as terras para fazer leilão para atender aos grandes proprietários de terras no Estado de Mato Grosso. Ora, se o Banco do Brasil tem terra hipotecada, para poder desfazê-la, que repasse realmente para a função social, conforme a Constituição garante.

Eu quero colocar que Vossa Excelência, tempos atrás, chamou o Superintendente do Banco do Brasil aqui, e ontem eu tive uma reunião com ele... Eu acho que é interessante fazermos uma Audiência Pública, chamando o Banco do Brasil para perguntar até que ponto ele está cumprindo realmente sua função social, principalmente para atender àqueles que mais precisam, que é a comunidade mais carente.

A outra foi uma reunião longa que nós tivemos com ele, e acho que a Assembléia Legislativa tem que aprofundar essa discussão. Parabéns a Vossa Excelência, eu acho que é uma discussão que nós temos que ter porque a sociedade, a população mais humilde, não tem acesso ao financiamento. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - É verdade!

Deputado, tanto é que a criação das cooperativas de funcionários, a criação do Banco do Povo...

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Informo ao nobre Deputado Humberto Bosaipo que Vossa Excelência dispõe de três minutos para concluir o seu raciocínio.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu gostaria que Vossa Excelência me concedesse até às 10:00 horas, que é o horário da Ordem do Dia, porque eu creio que ninguém mais vai fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Concedo mais três minutos a Vossa Excelência, até às 10:00 horas.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – O Deputado Zé Carlos do Pátio colocou o motivo principal de nós estarmos discutindo o Banco do Povo como agência de fomento, exatamente porque o Banco do Brasil é tão burocratizado que se o pequeno proprietário conseguir arrumar os documentos, ele não precisa do banco mais, porque é exigida escritura pública e uma série de certidões, taxas. Quer dizer, quando ele conseguir aqueles documentos, ele não precisará do banco, ele já vai estar apto para tocar sozinho a sua empreitada.

O Banco do Brasil, entretanto, vem avançando, Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu acho que esse tipo de conversa dos Parlamentares com a direção do banco é importante, porque o Banco do Brasil já faz uma função social, já vem fazendo, de três anos para cá, que é consignar folha de pagamento para funcionário público, e está avançando no Fundo de Pensão Prévio. Quer dizer, é dos funcionários do Banco do Brasil. Hoje, talvez seja o Fundo de Pensão mais alto, de maior valor no Brasil.

Eu quero chamar a atenção dos funcionários públicos que estão presentes, porque eu, também, sou funcionário público, eu sou funcionário da Assembléia Legislativa desde 1975, estou licenciado, que o Governo mandará para cá a criação do Fundo de Pensão, amarrado com o Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, que é o *Brasilpreve*. É uma discussão que esta Casa tem que ter mesmo, porque, pelos cálculos, dentro de dez ou quinze anos, a folha dos inativos, dos pensionistas, ultrapassará a folha dos funcionários da ativa, e isso poderá gerar um complicador, inclusive para quem é funcionário.

Então, a criação do Banco do Povo, como agência de fomento, é exatamente para tirar essas dificuldades. Aqui não precisa de avalista, não tem burocracia. O Estado de Goiás está fazendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

isso com muita competência - com muita competência mesmo! Há uma Comissão da Casa que cuida dos assuntos econômicos, e pedirei a ela que visite Goiás para conhecer de perto esse trabalho. Essa é uma saída para a população de baixa renda.

Então, Sr. Presidente, eu acho que não vou tomar todo o tempo, mas eram essas as minhas considerações. Eu tenho convicção de minha decisão política. As pessoas que sempre confiaram em mim, que sempre me delegaram votos... Eu fui candidato a Deputado Federal em 1986, até para preencher chapa. Era para eu ter quinhentos votos. Puseram o meu nome, eu estava de férias, e quando voltei já era candidato a Deputado Federal, inclusive com uma autorização que eu não tinha dado. O Deputado Benedito Pinto foi candidato a Deputado Estadual em 1986, na mesma condição. Quando eu indaguei ao então Governador Júlio Campos por que eu seria candidato, ele me disse o seguinte: “Olha, você parece que leva jeito para a política, é para ter quinhentos votos para ajudar a eleger Ubiratan Spinelli, porque eu e Jonas Pinheiro vamos ser eleitos, mas nós precisamos de um terceiro. Então, você tem que fazer quinhentos votos”. Eu falei: Então, o senhor decide assim. Eu sou candidato? “É candidato”.

Eu e o Deputado Benedito Pinto estávamos nas mesmas condições. Fomos, inclusive, conversar com ele. O Deputado Benedito Pinto para estadual e eu para federal. E ele já era Vereador, tinha muito mais condições de ser candidato a Deputado Federal do que eu. Na verdade, eu saí candidato, obtive nove mil e seiscentos votos, fiquei como primeiro suplente, por apenas mil e trezentos votos de diferença do então candidato Ubiratan Spinelli, e esses votos foram necessários para eleger o terceiro Deputado Federal. Depois, eu consegui me eleger Deputado Estadual, a terceira vez.

Eu estou contando isso para dizer que as pessoas que estavam comigo naquela primeira eleição, elas confiavam em meu trabalho, em minha pessoa, e é por isso que eu decidi ser candidato a Deputado Estadual novamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NICO BARACAT) - Solicito ao Deputado Humberto Bosaipo que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:59 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Anuncio a visita dos alunos do Colégio Pernalonga, participando do Programa *Por Dentro do Parlamento*, da Secretaria de Imprensa, acompanhados dos professores Munir, Eliane Aparecida Alfaro e Lia Claudine da Silva. Sejam bem-vindos!

Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Informo que conversei, por interurbano, com o Deputado Riva, 1º Secretário desta Casa, que está em visita ao Município de Ribeirãozinho, e já lhe comuniquei sobre o Projeto de Lei dos profissionais da Educação, que será colocado em votação quarta-feira.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado J. Barreto, endereçada ao Prefeito de Alto Araguaia, pela promoção do 5º Festival Náutico e 3º Festival de Cultura daquele município.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Nico Barcat, endereçada aos Poderes Executivo e Legislativo de Chapada dos Guimarães, pelo transcurso do 47º aniversário de emancipação político-administrativa e 250 anos de fundação do município.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Eliene, endereçada à Câmara e à Prefeitura de Lambari d'Oeste, pela passagem do aniversário de sua emancipação político-administrativa.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Moacir Pires, endereçada à família do Sr. Gesner Leôncio Gaíva, pelo seu falecimento.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Riva, endereçada ao Município de Jangada, pela passagem do aniversário de sua emancipação político-administrativa.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Riva, endereçada ao Município de Sinop, pela passagem do aniversário de sua emancipação político-administrativa.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Riva, endereçada ao Município de Barra do Garças, pela passagem do aniversário de sua emancipação político-administrativa.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Moacir Pires, à Polícia Militar de Mato Grosso, pela comemoração, no dia 02 de setembro, da data alusiva do Dia do Policial Militar.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Moacir Pires, à empresa *Localiza Rent a Car*, pelo recebimento do prêmio *Performance Localiza 2001*.

O motivo dessa Moção é que a *Localiza* gera muitos empregos no Estado e faz um grande recolhimento de impostos. Portanto, é muito justa a Moção do Deputado.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Moacir Pires, à família de José Aparecido da Silva Marques, pelo seu falecimento em trágico acidente.

Este jovem de 15 anos, filho do nosso companheiro Zezinho Duarte, do Supermercado Duarte, faleceu na estrada de Barão de Melgaço para Cuiabá. Estava sem cinto de segurança, numa Kombi, que é um carro leve, derrapou, bateu num barranco, e ele foi jogado para fora do carro. Ele estava dormindo e veio a falecer, inclusive, com uma fratura craniana profunda.

Nós estivemos no velório, com o Zezinho. O Zezinho foi meu colega de escola, no Colégio Barnabé de Mesquita, e está muito traumatizado, era o único filho homem. Todos os demais Deputados são amigos do companheiro Zezinho, e se quiserem, podem assinar a Moção de Pesar juntamente com o Deputado Moacir Pires.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Riva, às autoridades de Diamantino pela passagem do dia alusivo à sua emancipação político-administrativa.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 289/01, Mensagem nº 40/01, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a doar à Associação do Centro Oftalmológico *Lions* Clube Instituto de Visão o imóvel que menciona.

Segundo o Consultor Técnico-Jurídico da Mesa Diretora, houve um acordo de Lideranças neste Projeto, porque se trata de um projeto de doação ao *Lions* Clube, que é um clube de serviço importante do Estado.

Solicito ao nobre Deputado J. Barreto, em vista da ausência do Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que reúna a Comissão em plenário para emitir Parecer à referida matéria.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO – Sr. Presidente, Srª Deputada e Srs. Deputados, o Projeto de Lei que autoriza a doar à Associação do Centro Oftalmológico *Lions* Clube - Instituto de Visão o imóvel que menciona, realmente é um projeto de grande relevância para o Estado de Mato Grosso.

Acima de tudo, queremos aqui elogiar, já avocando a relatoria, o *Lions* Clube do Estado de Mato Grosso. Os Clubes *Lions* têm feito um grande trabalho na questão da recuperação da visão. Em Rondonópolis, são centenas e centenas de cirurgias que acontecem com a intervenção desse clube de serviço, que é extraordinário no Estado de Mato Grosso e vai ao alcance da comunidade.

Por isso também, corre aqui, Sr. Presidente, com o seu apoio, um Projeto de Lei de minha autoria que isenta do pagamento de ICMS os clubes de serviços e entidades filantrópicas deste Estado. Esperamos que nos próximos quinze dias ele possa ser aprovado.

Então, parabenizamos a equipe do Governo, por entender que realmente o *Lions* Clube, recuperando a visão da população, deve ter um terreno para a construção do Instituto de Visão aqui no Estado de Mato Grosso. Portanto, o nosso voto como Relator é favorável.

Passo à coleta dos votos dos demais membros da Comissão: Deputado Carlos Brito (AUSENTE), Deputado Amador Tut (COM O RELATOR), Deputado Zé Carlos do Pátio (COM O RELATOR), Deputado José Carlos Freitas (COM O RELATOR).

Com quatro votos favoráveis nesta Comissão, aprovado por unanimidade a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 8º (LIDO). Em discussão o artigo 8º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. (PAUSA)
Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT – Sr. Presidente, eu quero neste momento até fazer um adendo à Moção de Congratulações do Deputado Moacir Pires à Localiza *Rent a Car*, mas, ao mesmo tempo, eu quero solicitar ao Deputado Moacir Pires que sugira também à Localiza algumas inovações, para que eles possam tornar mais econômica a vida deles e também dos nossos consumidores, porque Mato Grosso está cada dia precisando mais das atividades da Localiza. As distâncias são grandes e é impossível se deslocar lá do Sul, quando chega aqui é preciso um veículo para ser alugado.

Deputado, a *General Motors* colocou à disposição de empresários um desconto de 22% por veículo novo, adquirido a álcool. E a Localiza poderia fazer isso, seria um grande benefício se ela tivesse feito, não para a economia de Mato Grosso, mas para a economia dela mesma e daqueles que vêm aqui alugar o carro. Um veículo movido a álcool aqui no Estado custa hoje, em nível de petróleo, menos de vinte centavos o quilômetro, enquanto outro movido a gasolina vai custar uma margem superior a trinta centavos o quilômetro. Então, só no petróleo, só no combustível, nós vamos ter uma diferença aproximada de doze a quatorze centavos por quilômetro rodado.

Eu gostaria que, na hora em que Vossa Excelência for levar essa Moção de Congratulações para eles, se fornecesse a tabela de preços da *General Motors*, com um desconto de 22% para adquirir um carro novo.

Como Vossa Excelência é autor de um pedido de isenção de IPVA, eu gostaria que desta vez nós firmássemos - se não for promulgado, porque quando pede para o Governo, ele vai promulgar, e eu quero que o Governo promulgue isso, Deputada Serys Shhessarenko, para que fiquemos sem poluição, para que nós não tenhamos que usar...

Por exemplo, Deputada Serys Shhessarenko, hoje, para ter um posto vendendo gasolina e diesel, tem que se fazer canaleta, ribeirão, fazer tudo para não deixar aquilo sair pela erosão. O álcool não tem nada disso, Deputada Serys Shhessarenko, só isso! Só de Vossa Excelência sentir o impacto de um posto vendendo álcool e o impacto de um posto vendendo gasolina e diesel, só essa diferença gera uma média de três mil reais o custo de implantação, e o custo de manutenção não fica menos de duzentos a trezentos por mês para manter aquilo.

Então, por que nós não abrimos e vamos produzir álcool, vender e comprar carro a álcool, fazer o negócio? Por que nós não fazemos isso?

Esse é o meu pedido, Deputado, e gostaria até que continuasse fazendo aquela propaganda nossa. O Grupo Tut vende, sim, nos seus postos, álcool a oitenta e dois centavos o litro. E é álcool de primeira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Antes, porém, com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, eu solicito da Mesa que faça, regimentalmente, um questionamento ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, que há dois meses me deve uma resposta a um Requerimento de Informações, inclusive eu relembro Vossa Excelência que ele esteve aqui, prestando informações, a pedido da Mesa, sobre desmatamento, município por município, declarou que deixaria os dados, não os deixou e até agora não respondeu ao nosso Requerimento de Informações.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu solicito à Secretária que peça uma ligação ao Secretário de Meio Ambiente para darmos a resposta imediata, se ele estiver aqui, ao Deputado Gilney Viana.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazemos a nossa preocupação em relação ao plano de quitação das casas da extinta COHAB de Mato Grosso, que pertencem hoje à Caixa Econômica Federal.

Aqui, Deputado Benedito Pinto, foi formada uma Comissão, da qual eu sou membro e o Deputado Carlos Brito é o presidente, e nós estivemos várias vezes no gabinete do Governador, estivemos várias vezes no gabinete do Superintendente da Caixa Econômica Federal; estivemos com o Sr. Pepeu, Secretário do Governador, que se comprometeu a nos repassar alguma informação mais concreta em relação aos mutuários que desejam ter suas casas quitadas.

Infelizmente, até o presente momento nenhum retorno foi dado, e há uma grande expectativa da população em relação à quitação das casas, que foram feitas daqueles que as cobranças pertenciam à empresa CACI. Agora, os mutuários estão dependendo da Caixa Econômica Federal e estão sendo cobrados pela Empresa ELONET e sendo ameaçados, correndo o risco de deixar seus lares por conta da Caixa Econômica Federal, o que coloca em risco a população trabalhadora das COHABs de Mato Grosso.

Nós estamos defendendo que os mutuários possam ter um sono tranqüilo, que possam ter paz e tranqüilidade em seus lares.

Nós estivemos, na semana passada, no Município de Rondonópolis, no Condomínio Marechal Rondon, que é uma Cohab e já teve, através da Caixa Econômica, a oportunidade de realizar o seu plano de quitação. Entretanto, muitas outras COHABs ainda dependem, porque são, aproximadamente, nove mil mutuários dependendo desse plano de quitação.

Eu cobro aqui, Sr. Presidente, que o Governo do Estado tenha o posicionamento de requerer os títulos de volta da Caixa Econômica Federal. Eu quero pedir que não só o Governo do Estado, como a Bancada Federal de Mato Grosso se posicione, Deputado Moacir Pires, Vossa Excelência que é um candidato a candidato a Deputado Federal, indo à Brasília. É preciso que retorne esse plano de quitação, através de uma Medida Provisória, para que nós tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto, Deputado.

O Deputado Gilney Viana já tem uma resposta para sua questão. O ex-Deputado Paulo Moura acabou de falar com a Secretaria e informará Vossa Excelência.

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Concede-me um aparte, Deputado José Carlos Freitas?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Eu concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Humberto Bosaipo, eu acho que o Deputado José Carlos Freitas fez um discurso muito correto. O Governo do Estado está cometendo uma injustiça, e a Assembléia Legislativa tem que interceder.

Na verdade, uma parte dos mutuários da COHAB teve transferida a sua carteira para a Caixa Econômica Federal. Os mutuários da COHAB pagavam, Deputado, o Fundo de Compensação de Variação Salarial, para a COHAB. E na hora de serem contemplados, só foram contemplados aqueles que ficaram na COHAB. Aqueles que foram para a Caixa Econômica entraram numa política da própria Caixa Econômica, sendo prejudicados.

Se todos já pagaram mais de vinte anos o FCVS, que é o Fundo de Compensação de Variação Salarial, que foi a lei que nós aprovamos aqui, transferindo esse dinheiro para a Secretária de Fazenda para quitar todas as COHABs de Mato Grosso, ora, por que uma minoria, hoje, não vai ser contemplada com isso?

Isso está acontecendo em todo o Estado de Mato Grosso, lá no Conjunto São José, no Jardim Atlântico, em vários lugares está acontecendo isso, de pessoas que pagaram vinte anos a COHAB, o Governador transferiu para a Caixa Econômica, pagaram esse Fundo também e não foram contemplados com o benefício.

Então, eu quero, Deputado Humberto Bosaipo, pedir a Vossa Excelência que marque uma audiência com o Governador para trazer essas carteiras imobiliárias da Caixa Econômica de volta para a COHAB, para serem contemplados esses mutuários, como todos os outros foram.

Vossa Excelência está fazendo um discurso correto. O encaminhamento é esse. Está havendo uma injustiça do Governo do Estado contra alguns mutuários, que eram da COHAB e hoje estão na Caixa Econômica Federal, mas que não deveriam estar, deveriam ter sido contemplados com a quitação, como todos foram.

Parabéns, Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Obrigado.

É isso, Deputado Zé Carlos do Pátio, até porque não pode haver uma diferenciação entre um ser humano e outro ser humano, tendo em vista que todos deveriam ter a mesma conquista.

Eram aproximadamente dezesseis mil contratos. Enquanto oito mil foram quitados através do plano de quitação, cujas cobranças eram efetivadas através da empresa CACI, os demais estão sob domínio da Caixa Econômica Federal. É preciso ter um avanço, é preciso que o Sr. Pepeu, que ficou de retornar, tenha respeito a esta Casa, Sr. Presidente, e que tenha respeito a esta Comissão, que dê um posicionamento, ou o Governo devolve os títulos para a SEFAZ, Secretaria de Fazenda, ou nós teremos que ir a Brasília, Deputado Carlos Brito, e ter um posicionamento, Vossa Excelência, como Presidente desta Comissão.

Nós temos que tomar uma providência, para termos um resultado que possa beneficiar todos os mutuários da extinta COHAB de Mato Grosso, por igualdade, sem distinção de raça, cor ou questões partidárias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO – Ilustre Presidente, Srs. Deputados, pessoas amigas que estão nas galerias, servidores da Educação, com muita honra assumo esta tribuna para trazer a todos vocês, a todos nós, uma boa notícia para o nosso Município de Várzea Grande.

Estivemos contactando representantes de Portugal, e após a abertura cultural entre Brasil e Portugal houve um incremento, especialmente na área da Educação, entre o nosso País de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

origem, Portugal, que hoje é amparado por uma legislação, e pelo tratado mútuo entre Brasil e Portugal não só brasileiros podem ir para Portugal estudar, como também portugueses podem vir estudar no Brasil, devido a facilidade da nossa língua.

Estivemos ontem reunidos com representantes do Instituto Nacional Universitário, e o representante de Portugal aqui em Cuiabá, o Sr. Celestino, um amigo nosso, conhecido de todos nós, está certo de que este Instituto, que já existe, aqui no Brasil, em Recife, Salvador e Brasília, irá também instalar uma universidade em Várzea Grande, trazendo experiência não só na formação como também em pós-graduação e doutorado, com muita experiência em diversas áreas, inclusive em Ciências Políticas.

Então, na verdade, é uma grande notícia para Mato Grosso, para a grande Cuiabá, porque aportará em Várzea Grande esta Universidade, que já existe em Recife e que funciona de forma muito boa. Hoje, nós não temos mais dificuldade nenhuma entre Brasil e Portugal.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convido o nobre Deputado Moacir Pires para assumir a direção dos trabalhos. (O SR. DEPUTADO MOACIR PIRES ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:26 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (MOACIR PIRES) – Continua com a palavra o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Então, Srs. Deputados, é essa a notícia que nós temos para passar a Vossas Excelências.

Dentro de poucos dias nós teremos em Várzea Grande mais uma Universidade, com experiência em diversas matérias, em diversos cursos. Sem dúvida, vai ser uma grande opção para os nossos alunos e para todos os que estão pleiteando uma formação superior, como também pós-graduação e doutorado, além de ter várias especializações.

Eu quero dizer que o fato de termos solicitado a instalação, em Várzea Grande, se deve também à proximidade de Cuiabá. Nós acreditamos que, hoje, estando em Cuiabá ou em Várzea Grande, atende do mesmo jeito as duas cidades e, especialmente, atende também as cidades de Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Jangada, Santo Antônio do Leverger e toda a Baixada Cuiabana, por estar centralizada.

E tenho certeza de que eles terão um fator importante para a grande Cuiabá. Nós, que temos em nossa Igreja Assembléia de Deus a Faculdade de Teologia, também tentaremos estabelecer um convênio com essa faculdade, para que possamos dar condições também aos nossos formandos em Teologia, para que façam pós-graduação, porque eles vão ter também, nessa área, condições de nos ajudar.

Na verdade, é uma notícia muito boa a todos os jovens da Grande Cuiabá, porque terão mais uma opção, talvez a partir do ano que vem, para o curso superior. E também estamos gerenciando junto ao Governador do Estado, a fim de que possamos, em conjunto com todo o segmento da cidade de Várzea Grande, repassar para a nossa Universidade Estadual o prédio onde funcionava a Residência do DVOP em Várzea Grande, para que, a partir do ano que vem, nós tenhamos mais uma opção em Várzea Grande, que é a UNEMAT, que poderá muito bem utilizar, Deputado Nico Baracat, o prédio que foi construído para a 14ª Residência do DVOP em Várzea Grande, mais propriamente no Bairro Parque do Lago, uma instalação suficiente para funcionar a UNEMAT, Deputada Serys Slhessarenko - nós temos uma opção de instalação onde funcionava a Residência do DVOP. Estamos gerenciando junto ao Secretário de Transporte, a fim de que possamos viabilizar esse sonho que é instalar em Várzea Grande a nossa Universidade Estadual, que é a UNEMAT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Benedito Pinto, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. BENEDITO PINTO – Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Deputado Benedito Pinto, eu quero parabenizá-lo pelo discurso.

Quero colocar que esta Casa de Leis fez todo o possível para aumentar, no Orçamento, recursos para a UNEMAT. Todos os anos, foram aprovadas vários Projetos de Lei, tanto da autoria de Vossa Excelência quanto de minha autoria, para estender os cursos da UNEMAT para o interior de Mato Grosso. A única coisa que está faltando são resultados mais concretos, tanto do Governo, quanto da própria UNEMAT. Eu acho que a UNEMAT teria que dar uma resposta melhor para esta Casa, ela teria que ser convocada para discutir como está sendo desenvolvido o trabalho, como instituição.

Por último, Sr. Presidente, após terminar essa reunião, eu acho fundamental marcar uma Audiência Pública, porque estou sentindo que os Deputados estão se dispersando. Como Presidente da Assembléia Legislativa, quero convidar Vossa Excelência, Deputado Moacir Pires, Deputado Carlos Brito, Emanuel Pinheiro, todos os Deputados, para uma reunião na Sala da Presidência, com a direção do SINTEP...

O SR. PRESIDENTE (MOACIR PIRES - FORA DO MICROFONE) - É quarta-feira?

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Não, mas terá uma reunião agora, depois da Sessão, para fazermos alguns alinhamentos, porque o Deputado Riva ligou de Ribeirãozinho, preocupado. Terça-feira será votada, na Comissão de Constituição e Justiça, essa lei, e nós temos que fazer os encaminhamentos a partir de hoje. Eu quero deixar isto registrado.

Vossa Excelência está de parabéns, pode continuar o seu discurso. É esse o encaminhamento.

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Nós estamos apenas trazendo essas duas notícias, porque, na verdade, há tempos está se debatendo um local para a instalação da UNEMAT em Várzea Grande. Como nós tínhamos conseguido, junto ao Governo do Estado, mais uma escola de primeiro e segundo graus em Várzea Grande, mais precisamente para ocupar o espaço do antigo Centro de Treinamento da EMPAER - talvez funcionará, a partir do ano que vem, mais uma escola de primeiro e segundo graus no Grande Cristo Rei -, nós estamos propondo que seja ocupado também, com a instalação da UNEMAT, o prédio que era do DVOP, da 14ª Residência do DVOP, em Várzea Grande, que é um prédio que tem condições tranquilas, tem uma área suficiente para funcionar a UNEMAT.

Se esse for o problema, eu acho que nós já temos o encaminhamento. Possivelmente, poderá se instalar em Várzea Grande a UNEMAT. Quando eu digo isso é porque nós estamos, também, pleiteando uma universidade particular, que é essa que irá para Várzea Grande, Deputado Moacir Pires, que é o Instituto Internacional de Educação, de Portugal. Esse Instituto já existe em Recife, e nós vamos conhecer as instalações, ver como funciona, já existe na Bahia e em Brasília. Como Mato Grosso é um Estado que está em ascensão, em processo de desenvolvimento, tendo uma maior visão internacional dentro da região Centro-Oeste, devido a sua produtividade, existe esse interesse de empreendimento para essa universidade vir para Cuiabá.

Então, eram essas as informações que tivemos o prazer de trazer. E se conseguirmos, no ano que vem, funcionar a UNEMAT, funcionar mais uma escola de primeiro e segundo graus e essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

universidade em Várzea Grande, eu creio que nós estamos trabalhando com uma visão para o futuro, para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e da Grande Cuiabá.

Quanto ao processo que nós estamos acompanhando na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, de negociação com o Governo e com as categorias da Educação, nós delegamos poderes à Comissão e aguardamos que ela decida, da melhor forma, para que possamos abreviar o tempo e solucionar esse problema. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MOACIR PIRES) - Com a palavra, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes nas galerias, imprensa:

Eu me sinto na obrigação de pronunciar-me em relação à fala do Deputado José Carlos Freitas, porque quando instituímos a Comissão para tratar da questão dos mutuários da extinta COHAB, ele fez parte da Comissão, mas insiste em fazer um trabalho paralelo ao da Comissão. Portanto, fica difícil. É muito bom cobrar, mas meio devagar para contribuir, para estar conosco.

Nós avançamos, sim. Esta situação é de injustiça. Os mutuários, que estão prejudicados em razão de terem tido os seus contratos, que estavam adimplentes, transferidos para a Caixa Econômica Federal, numa operação entre o Governo e aquela instituição financeira, que depois, com a edição de uma nova Lei, anos depois, permitindo a quitação dos imóveis que permaneceram com a extinta COHAB, se viram numa situação de prejuízo, exatamente porque aqueles que foram quitados eram aqueles que estavam inadimplentes, e os que estavam adimplentes foram transferidos para a Caixa Econômica Federal. E aí, a Legislação Federal, por ser diferente da Estadual, não permitiu que aqueles que estavam adimplentes também tivessem os seus imóveis quitados. Isto, obviamente, resultou numa reclamação justa por parte desses mutuários, que totalizam aproximadamente cinco mil contratos.

A Comissão, com a participação ativa da Deputada Serys Slhessarenko, do Deputado J. Barreto, do Deputado Eliene e nossa, esteve na Caixa Econômica Federal, em reunião na Secretaria de Fazenda e em outros órgãos, buscando soluções com as lideranças comunitárias e avançamos em alguns pontos - buscando, primeiro, uma solução política, porque o Governo do Estado deveria ter restituído esse contratos, esses quatro mil e poucos contratos, oferecendo outra forma de pagamento à Caixa Econômica Federal.

Ocorre que a Caixa, para aceitar uma operação como essa, quer valorar essa operação muito acima do que ela obteve com esses contratos do Governo do Estado. Ou seja, agindo sem nenhuma preocupação social, sempre com uma preocupação econômica. O Governo não tem, nem eu poderia concordar que o Governo pagasse os valores que a Caixa Econômica Federal pede, são valores suficientes para se construir unidades habitacionais novas e entregar para essas famílias. Então, não justifica, é uma transação de papel.

E essa discussão do FCVS, que é o Fundo de Compensação das Variações Salariais, não é suficiente para cobrir esses valores. Então, nós optamos, junto ao Governo do Estado, por constituir um trabalho, Deputado Benedito Pinto, em que tanto o Governo quanto mutuários e Assembléia Legislativa possam questionar judicialmente a Caixa Econômica Federal, para obrigá-la a rever essas condições de negociação. Mas temos que fazê-lo com precaução, para que o mutuário não seja executado, porque a lei de execução extrajudicial e outras legislações atinentes permitem que os agentes financeiros executem e que o trabalhador mutuário perca o seu imóvel.

Nós não podemos manter uma discussão política sem termos a preocupação jurídica de dar garantias, proteção legal, para que o mutuário, que já foi vitimado pelo prejuízo dessa transação toda, não seja ainda mais prejudicado, tendo inclusive a perda do seu imóvel. Então, providências

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

jurídicas estão sendo tomadas, com a participação da Comissão de Deputados da Assembléia Legislativa, através da Defensoria Pública, para que não haja ônus para esses mutuários, porque surgiram também vários advogados se colocando a serviço, cobrando taxas - não quero aqui dizer que no meio não haja profissionais competentes, que efetivamente estejam interessados em ajudar -, mas nós temos percebido uma série de ações sem fundamento algum, sem consistência jurídica...

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. CARLOS BRITO – ...e que acabam por pegar esse dinheiro da população já sofrida - são normalmente comunidades humildes, que não apresentam resultados que prometem. Então, o próprio Governo, através da Defensoria Pública, com o acompanhamento da Comissão de Deputados, desenvolverá esse trabalho.

Concedo um aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu só queria colocar para Vossa Excelência que entrar judicialmente, defendendo os mutuários, é um caminho para protegê-los, para eles não perderem a casa, mas Vossa Excelência sabe muito bem que a Caixa Econômica Federal poderá ganhar no mérito, e mais tarde eles podem ter um prejuízo até maior. Preocupa-me que o maior erro - e aí não quero aqui dizer que foi de má-fé - seja a forma de encaminhamento do Governo.

Eu acho que o Governo tem uma certa responsabilidade com isso. O Governo deveria ter dado um tratamento igual aos mutuários que tiveram suas casas quitadas, com esses que foram transferidos. O tratamento deveria ser igual, mas foi diferente. Os mutuários vão para cima da Caixa Econômica Federal, o Governo vai para cima da Caixa Econômica Federal, mas quem mais errou nos encaminhamentos, nos procedimentos foi o próprio Governo.

Eu digo a Vossa Excelência que se os mutuários não entrarem na Justiça contra o Governo, eles poderão, mais cedo ou mais tarde, perder, porque a negociação que a Caixa Econômica Federal fez a respeito dessa questão da Carteira Imobiliária, foi uma negociação legítima, como empreendimento. Agora, quem fez o encaminhamento equivocado foi o Governo. Então, nós devemos entrar contra a Caixa Econômica Federal - eu acho que está correto entrar contra a Caixa -, mas o Governo também cometeu o seu erro.

Então, o Governo tem que ter um poder de negociação. Eu quero dizer que para isso não tem só uma saída jurídica, tem que ter uma saída política para resolver isso. Juridicamente, eu acho que Vossa Excelência está correto, mas politicamente tem que ter uma saída, nem que o Governo do Estado tenha que fazer um encaminhamento em nível de presidência da Caixa Econômica Federal, em nível de Brasília, porque talvez o superintendente esteja com uma visão muito técnica aqui, e o encaminhamento político deve ser feito lá, para não prejudicar esses mutuários.

Eu acho que tem que ter um encaminhamento político também. Eu queria só deixar essa colocação a Vossa Excelência.

O SR. CARLOS BRITO - Nós estamos falando a mesma coisa, uma ação não invalida a outra, a ação judicial não implica que a ação política não continue sendo desenvolvida. O fato é que não podemos avançar em uma sem tomar determinadas precauções, porque pode não dar certo o caminho político, e judicialmente o mutuário já está numa situação irreversível na defesa do seu patrimônio, que geralmente é o único que tem.

Então, um dá suporte ao outro. O resultado positivo judicial vai implicar que uma decisão política ocorra de maneira mais rápida e mais efetiva. E, se necessário se for necessário acionar o próprio Governo do Estado, isso será feito, porque a Defensoria Pública não é um órgão como uma Secretaria de Estado, é um órgão que tem, constitucionalmente, autonomia, inclusive para acionar o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

próprio Estado, como já ocorreu em diversas situações.

Nós vamos acompanhar todo esse processo, o Ministério Público vai estar aí, a Comissão de Deputados, e quando nós falamos em erros e falhas, lá atrás, o Governo aplicou a legislação que foi aprovada pela Assembléia Legislativa também. Então, temos que socializar as responsabilidades, como temos que socializar agora o jeito de resolver. Só quem não pode pagar a conta é o mutuário final, que não tem culpa de nada, principalmente por ele ter sido aquele que pagava o seu compromisso em dia e que terminou prejudicado - nunca vi isso, aquele que paga, fica no prejuízo, o que não pagava, tem a quitação. Fica um negócio meio difícil, você não consegue explicar isso mesmo, tem que resolver...

O Sr. J. Barreto – Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado.

O SR. CARLOS BRITO - Pois não, Deputado J. Barreto.

O Sr. J. Barreto - Eu gostaria de dizer que sou prova, testemunha do seu trabalho, até com menos discurso, mas pelo trabalho nesta Comissão. Eu tenho conversado com Vossa Excelência, sempre pergunto os rumos que estão sendo tomados.

O Deputado Zé Carlos do Pátio fez um aparte e também o Deputado José Carlos Freitas discursou, e, realmente, todos nós queremos chegar a um denominador em que o mutuário seja o principal beneficiário.

Quando a Assembléia Legislativa aprovou a renegociação da dívida do Governo do Estado com o Governo Federal, naquela época os mutuários não contestaram. Agora, passado o tempo, com aquilo que ficou para o Estado, no caso aquela luta nossa lá da cidade de Rondonópolis - Jardim Atlântico e Jardim Europa, que foram beneficiados com a quitação e agora com a Medida Provisória do Governo Federal, dando oportunidade para ser quitado também, com um desconto de quase 85% no Jardim Marechal Rondon, e a comunidade participou ativamente, fica faltando o conjunto São José, como disse o Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu estou falando da questão de Rondonópolis, mas há também alguns conjuntos aqui em Cuiabá e no Estado de Mato Grosso.

Eu quero, Deputado Carlos Brito, parabenizá-lo pelo trabalho que Vossa Excelência está fazendo nesta Comissão, e tenho absoluta certeza de que juridicamente nós vamos dar um aperto, tanto na Caixa Econômica Federal como no Governo Estadual, para que ele venha conversar, e que também possa entrar a Bancada Federal, em Brasília, com os nossos Senadores e Deputados Federais, para que realmente, depois do impasse jurídico, se chegue a uma solução política.

O SR. CARLOS BRITO – Agradeço ao Deputado J. Barreto e divido com os membros da Comissão - aqueles membros que participam, que trabalham, não aqueles que fazem discurso só - esse reconhecimento, porque é resultado de um conjunto de providências.

E insisto, Sr. Presidente, que o caminho, através do Judiciário, é importante. Nós vamos questionar as cláusulas da própria operação com a Caixa Econômica Federa, vamos questionar a Legislação hoje atinente ao Sistema Financeiro Habitacional. E já existem diversas jurisprudências e acórdãos por este país afora. Nós temos que trazer isso para o domínio popular. Muitos direitos, o trabalhador mais humilde, que não está no dia-a-dia... Se nós, que somos Deputados, sabemos mais ou menos deste ou daquele assunto, de acordo com o nosso envolvimento político, imaginem o trabalhador, que não tem essa atribuição institucional, que está no dia-a-dia correndo! Ele desconhece, pura e simplesmente, os direitos que tem, as mudanças, as inovações, resoluções não sei das quantas, Medida Provisória e não sei o quê. Até traduzir isso de maneira prática, para ele entender se é ou não contemplado por aquilo, há uma distância muito grande.

Então, é natural que alguns Parlamentares tenham que dar mais explicações. É

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

obrigação nossa, daqueles que compuseram uma Comissão específica para esse assunto. E nós temos mesmo que ser questionados pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, por qualquer Deputado, e expormos os encaminhamentos que foram dados. Aí, a coisa começa a ficar clara.

Na semana que vem nós estaremos reunindo essa Comissão Especial, repassando esse detalhamento todo, juntamente com a coordenação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. Serão montados postos para atuarem diretamente nas comunidades, para que esses mutuários sejam recebidos por Defensores Públicos, com todo um suporte técnico-operacional - e já está definido que o Governo tem que garantir isso -, para que, imediatamente, nós possamos ajuizar ações não só no Judiciário Estadual, como também naquilo que for de competência federal.

Feito isso, a atuação política continua existindo junto ao Governador do Estado, Dante de Oliveira, como necessariamente terá que chegar à Bancada Federal, junto aos nossos Deputados Federais e Senadores, para que, Deputado Moacir Pires - quem eu espero ver lá, no próximo ano -, desta forma, possam coincidir as ações.

Não podemos correr o risco, porque, pensem bem, se nós queremos ajudar, há uma série de outros interesses que querem que as coisas fiquem como estão. Então, nós temos que garantir a essas famílias que essa empresa, a Transcontinental, que é a sucessora da ELONET... Essa empresa sobrevive de quê? Do percentual, do delta que ela recebe por cada cobrança que ela faz. Então, o seu lucro é o sacrifício, o desespero e a angústia do mutuário lá. Ela vive, sobrevive disso. Então, ela não está nem aí. Ela é fria, vai continuar perseguindo a sua forma de sobrevivência. Nós temos que dar suporte aos mutuários para o enfrentamento.

É esse ponto que nós estamos questionando. Quer dizer, que está empresa não possa desenvolver suas ações com terrorismo, com truculência contra o mutuário, e que nem a Caixa Econômica tenha condição legal de executar o mutuário de uma maneira covarde, porque o Decreto-Lei, de 60, garante que é execução extrajudicial, Deputado Gilney Viana. Depois que recebe a notificação, ou você paga tudo que deve - ora, se você pudesse, você já teria pago, não estaria atrasado -, ou você paga tudo com uma correção maluca, que quando você vai ver o débito, vale três, quatro vezes o valor do imóvel que você tem, ou mais, ou, simplesmente, o seu imóvel vai a leilão, é adjudicado, é retomado e pronto. Vende-se para outro com você dentro da casa ainda. Quer dizer, essas coisas têm que acabar, e somente a articulação institucional com a própria sociedade vai solucionar isso.

E quero ressaltar o trabalho de presidentes de bairros, que é muito interessante. As associações de moradores dos diversos conjuntos estão agindo, e agindo com competência e eficiência, puxando a orelha da gente na hora que precisa, mas também sendo parceiro na hora que nós convidamos.

Eu acho que é importante, Sr. Presidente, e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (MOACIR PIRES) - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr. Deputados, ontem, no Congresso Nacional, foi aprovado o Relatório do Micheleto, na Comissão Mista que examina a Medida Provisória que reforma o Código Florestal.

Eu não queria deixar passar em branco essa Medida Provisória, porque eu sei que tem alguns Deputados aqui que são favoráveis ao Projeto do Micheleto e do Senador, por Mato Grosso, Jonas Pinheiro. Eu sou contrário.

Gostaria de fazer outra observação, que tem conexão com esse fato de Brasília. Esse fato de Brasília não vai prosperar, Deputado. A consciência nacional e internacional não vai aceitar que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

a Amazônia seja depredada e que o nosso patrimônio genético seja dilapidado sem nenhuma perspectiva de futuro.

Eu acho até que o Governo Fernando Henrique não vai aceitar - aliás, ele tem dito isso.

O segundo fato que é conexo a esse. O Senador Antero Paes de Barros tem anunciado um Projeto de Emenda Constitucional, que obriga ao reexame ou exame, pelo Congresso Nacional, de qualquer projeto que autorize a criação ou ampliação de áreas indígenas. E recentemente, aqui, a FAMATO e a CNA promoveram uma reunião aqui na sede da FAMATO, onde os Senadores Antero Paes de Barros e Jonas Pinheiro, a Deputada Celcita Pinheiro e outros que não estiveram presente, mas manifestam igual apoio, é bom que se diga, como é o caso do Deputado Ricarte de Freitas, todos eles congressistas, elaboraram o seguinte conceito novo: “Podemos desmatar a Amazônia, porque as áreas indígenas serviriam de reserva legal.”...

O SR. PRESIDENTE (MOACIR PIRES – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Gostaria de cumprimentar a Vereadora Verinha, que se faz presente nesta Casa. Seja bem-vinda.

O SR. GILNEY VIANA - Então, veja bem, esse conceito é algo extremamente errôneo, errado, pernicioso, porque, em verdade, as áreas indígenas são territórios nacionais, de domínio público federal, não são de domínio público e propriedade dos povos indígenas, são de usufruto perpétuo dos povos indígenas, segundo a Constituição Federal.

Ora, agora mesmo eu estava conversando com o Deputado Benedito Pinto, e ele manifestou a sua contrariedade ao Projeto Micheleto, Jonas Pinheiro, que modifica o Código Florestal, falando assim: “Voando daqui até Juara, você vê que as áreas de reserva não têm sido respeitadas, e que a floresta tem sido literalmente eliminada”.

Veja bem, por outro lado, eu queria assinalar um terceiro aspecto - e aqui há moradores dos Vales do Xingu e do Araguaia, mas isso é válido para o Apiacás, o Vale do Arinos -, é que existe uma polêmica sobre ampliação de áreas indígenas. Está se criando uma verdadeira guerra. Quem vai a Campinápolis, Água Boa, Nova Nazaré, São José do Xingu e Boa Vista, vê que já existe uma guerra instalada sobre a área indígena Xavante, mas não é de sede, e agora também, por lado de Apiacás, com a criação da Área Indígena Manducuru.

Ora, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, essas coisas não estão bem encaminhadas. Eu reclamo que alguns Deputados Federais e Senadores da República estão brincando com fogo. Eles estão estimulando a FAMATO e a Confederação Nacional da Agricultura a um certo ódio com as populações indígenas, e eu acho que isso vai terminar num conflito.

Eu estive em alguns desses municípios, levando a bandeira do ICMS Ecológico, que transfere recursos a mais, do bolo do ICMS, para esses municípios que cederam áreas para as terras indígenas ou para a unidade de conservação.

Eu quero que esse ICMS Ecológico seja um objeto de paz, um objeto de conversação, de negociação entre as administrações municipais e os povos indígenas, mas nós não podemos fazer isso nesse clima em que se mistura reforma do Código Florestal, ampliação de terras indígenas, polêmicas sobre recursos, como é o caso do ICMS Ecológico, e o seu uso futuro.

Essa mistura é explosiva, e o Senador Antero Paes de Barros... Eu fiz essa reclamação diretamente a ele, aqui no plenário da nossa Assembléia Legislativa, quando eu falei: “Senador, o senhor está errado, vou combater e vou derrotar o senhor. Eu tenho convicção de que o Congresso Nacional não vai dar guarida para sua iniciativa”. Aí, ele fez o seguinte debate comigo: “O senhor então não é democrata, o senhor não respeita a democracia!”. Porque lá é maioria. Aí, eu falei: Senador, essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

questão indígena não é meramente democrática, no sentido estrito de maioria e minoria, é uma questão de Estado Nacional, de Estado Pluriétnico, em que uma maioria de origem européia, de descendência européia ou de ascendência européia, como queiram, reconhece direitos históricos ancestrais de povos que aqui já estavam, os povos ameríndios.

Então, é óbvio que, se em qualquer questão indígena nós pudermos votar aqui entre os brancos, provavelmente vai haver uma rejeição, particularmente se adotarmos um princípio de maioria. Por isso o constituinte de 1988 foi sábio, foi correto, de perspectiva histórica, de resguardar a posse, não a propriedade, dos povos indígenas sobre os seus territórios de perambulação, de cultura e de tradição.

Ontem, eu fiz uma reunião, chamei uma reunião - aliás, não chamei, quem chamou foram as entidades indigenistas -, fizemos uma reunião e estamos fazendo uma outra hoje. A Federação Indígena de Mato Grosso, que hoje é representada pelo indígena Taukani, o GTME - Grupo de Trabalho Missionário Evangélico, que é dirigido por um líder indígena, Flores, que é um índio Terena, a OPAN - Operação da Amazônia Nativa, que é uma organização indigenista tradicional, o CIMI, que todo mundo conhece, que é o Conselho Indigenista Missionário, da CNBB, essas quatro ou cinco entidades, nós queremos, juntamente com o nosso mandato, e qualquer mandato de Deputado que queira se aliar aqui, e a própria Assembléia Legislativa, nós queremos deixar claro que esta linha de conflito não é boa para os povos indígenas, mesmo porque eles são minoria e poderão ser massacrados. Essa linha de condicionar o Congresso Nacional a qualquer decisão sobre ampliação de área indígena não é boa, porque prejudica os direitos ancestrais dos povos indígenas. Essa linha de associar reserva legal, se podendo diminuir a reserva legal das propriedades na Amazônia, porque já teria a reserva legal na área indígena, é um sofisma, que nega direitos tradicionais dos povos indígenas.

Então, essa linha de querer usar o ICMS Ecológico, que é de nossa autoria, lavrado por esta Assembléia Legislativa, aprovado pelos Srs. Deputados e homologado pelo Sr. Governador Dante de Oliveira, em boa hora, ela não é boa, porque essa linha é de conflito, e não é a linha com a qual nós trabalhamos.

Mas uma coisa se diga, Srs. Deputados, nós não aceitaremos e iremos, no limite das nossas forças, na defesa dos direitos dos povos indígenas, porque nós, a consciência nacional não pode aceitar que o genocídio, o etnocídio não tenha um mínimo de reparação, como se quer agora em Durban lá na África do Sul, em relação aos povos africanos que foram escravizados pelos europeus e aqui trazidos, debaixo de vara, de correntes, e literalmente trucidados.

O Sr. Benedito Pinto - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado.

O SR. GILNEY VIANA - Eu concedo com muito gosto, Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Gilney Viana, eu acompanho o pronunciamento de Vossa Excelência, e recentemente nós representamos a Assembléia Legislativa no Estado de Tocantins, na cidade de Palmas, discutindo quatro temas. Um dos temas era o problema indígena, especialmente nas demarcações de terras indígenas.

Nós sentimos que a maioria dos Parlamentares que lá estiveram - e nós representamos também a FUNAI -, enquanto eles não tomarem uma posição, eu acho que tem que ser uma posição de Governo, nós temos consciência e rapidez nas demarcações das terras indígenas, no reconhecimento das terras indígenas... Nós vamos alongar esse problema para mais alguns anos, o que é uma demora considerável.

Segundo, o representante da FUNAI expôs que não se revolve nada em menos de quatro anos em termos de demarcação. Naturalmente, os únicos sacrificados com essa demora,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

Deputado Gilney Viana, são os povos indígenas, porque Vossa Excelência disse bem que eles são mais fracos, são minoria. E nesse período todo eles são massacrados.

Se nós tivéssemos uma política... Nós estamos gestionando junto ao Parlamento Amazônico, para que a FUNAI, que é o órgão competente, através do Governo Federal, se mobilize carreando recursos de forma que venha a minorar esse tempo, para que possamos ter, de fato, o que é reserva indígena no País... A partir do momento que nós tivermos essas demarcações concretizadas, delineadas, sabendo quais são as nações indígenas, onde está esse povo, facilitará, e muito, as outras coisas, porque, na verdade, há uma exploração muito grande nesse sentido, pois usa-se muito o que é natural dos índios e, automaticamente, surgem os problemas, porque, apesar de muita gente achar que eles são pessoas que não têm conhecimento, nós temos hoje poucas nações indígenas em que as pessoas não têm conhecimento das coisas. A maioria, quase todas elas, tem indígenas que têm conhecimento, que estão acompanhando, que estão vivendo e que anseiam que a decisão política venha com brevidade, para que possamos ter essas demarcações, essas terras delineadas, para que eles também possam ter tranquilidade. Eu imagino a intranquilidade pela qual eles devem passar, porque a insegurança é muito grande, pois não só eles têm problemas com as pessoas que querem suas áreas...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Benedito Pinto - Vossa Excelência me concede mais um minuto, para concluir?

O SR. GILNEY VIANA - Perfeitamente, Deputado.

O Sr. Benedito Pinto - Obrigado.

Então, além dos problemas que eles têm de não ter condições para operacionalizar isso, eles têm o problema de ser minoria e de terem menos condições para um enfrentamento, qualquer coisa dessa natureza.

Nós estamos preocupados, no Parlamento Amazônico - e na próxima reunião do Parlamento eu gostaria que Vossa Excelência fosse conosco, para que possamos nos inteirar desses assuntos, porque nós temos esse problema, não só aqui em Mato Grosso, mas todos os amazônidas, principalmente porque a região da Amazônia está travada com esse tipo de problema. Nós acreditamos que tem que ter uma posição de Governo para poder solucionar esses problemas, porque só pressionando, eu acredito que este é o canal de pressão que nós temos, o Parlamento Amazônico, que é a nossa posição, que essa posição de Vossa Excelência, a nossa, seja encaminhada aos Deputados Federais e à FUNAI, porque, na verdade, essa preocupação vai continuar enquanto nós não tivermos essas definições.

O SR. GILNEY VIANA - Obrigado, Deputado Benedito Pinto.

Na verdade, Deputado Benedito Pinto, o Governo Federal tem prevaricado nessa questão. O Governo Federal, não só esse, mas os anteriores, tinha um compromisso de demarcar, em cinco anos, as terras indígenas da Amazônia - um compromisso constitucional, que ele não obedeceu, o Deputado Jair Mariano está acenando com a cabeça -, assim como era revalidar as terras públicas entre o Vale do Amazonas, sobre as quais existiam dúvidas. Cinco anos, os governos prevaricaram por negligência, leniência, e não cumpriram nem a Constituição, nem a Lei.

Terminando, Deputado Moacir Pires, eu quero deixar claro que vi a angústia do povo branco, também, de Campinápolis, de fazendeiros, prefeitos, que acham que os povos indígenas vão tomar suas fazendas ou vão invalidar ou impossibilitar os seus municípios. Eu vi angústia! Mas eu vi angústia, também, no povo Xavante, que é o caso lá do conflito.

Ora, se algumas pessoas querem trazer agitação, esse é o tipo de coisa que não é boa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2001,
ÀS 08:00 HORAS.

fazer, porque o mais fraco vai perder. É o tipo de coisa que nós temos que ter cautela, temos que ter generosidade, princípio, e que tem que saber negociar, para que possamos chegar a um bem comum, a um bem melhor possível, sem conflito.

Eu reafirmo, primeiro, que o ICMS Ecológico vai distribuir vinte milhões para os municípios do Vale do Xingu, do Vale do Araguaia, do Vale do Arinos, onde tem territórios indígenas. Esses municípios, desses vinte milhões, cerca de oitenta por cento é devido à existência de áreas indígenas.

Então, esses municípios, e particularmente os Srs. Prefeitos, deveriam se conscientizar de que eles deveriam mediar os conflitos, atenderem à demanda dos povos indígenas e não ficarem também aguçando contradições. Assim, você resolve o problema.

Cobrar do Governo Federal, FUNAI, FUNASA, que atendam às demandas justas dos povos indígenas, e não fazer essa ligação perversa, que eu considero pernicioso, entre Código Florestal e terras indígenas. Isto, pelo amor de Deus, eu chamo a atenção do Senador Antero Paes de Barros, porque ele está trilhando um caminho perigoso de desrespeito à democracia. Não democracia formal, de maioria, de minoria, mas a democracia que respeita as minorias e lhes garante a sobrevivência - esta eu acho que ele precisa aprender a lição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MOACIR PIRES) – Não há mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais.

Compareceram a Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Rene Barbour, Chiquinho Garcia e Duda Barros; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Slhessarenko e Gilney Viana; da Bancada do Partido Liberal - Campos Neto; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS) e José Carlos Freitas (PPB); Emanuel Pinheiro, Sem Filiação Partidária.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Alencar Soares, Riva, Pedro Satélite, Wilson Teixeira Dentinho, do PSDB; Silval Barbosa, do PMDB; Eliene (PSB), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para amanhã, às 08:00 horas, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO)

Revisada por Ana Lúcia Bigio.